

4 – A constituição dos limites psíquicos e os casos-limite

A clínica com os pacientes conhecidos na literatura psicanalítica como casos-limite é marcada sobretudo pelos limites da analisabilidade. Aliás, iniciou-se uma teorização sobre os processos psíquicos desses pacientes justamente em função das dificuldades vivenciadas com eles na situação analítica. Em geral, credita-se a esses pacientes a maneira exacerbada com que as análises são atravessadas por situações limite, seja através dos ataques que impingem ao enquadre, seja através das dificuldades em submeterem-se à regra fundamental da análise e aceitarem as interpretações como tal, seja igualmente através da organização transferencial que instauram na relação analítica que, além de convocar imperiosamente a contratransferência do analista, ainda é freqüentemente travancada pela reação terapêutica negativa.

As hipóteses teóricas sobre os casos-limite avançaram então a partir dos limites experimentados na situação analítica. Referindo-se a prejuízos na constituição dos limites intra-psíquicos e intersubjetivos que repercutem nos processos de pensamento, essas hipóteses se referem a experiências primárias conturbadas com o ambiente em termos de distância e tempo, que, em vez de favorecer a diferenciação eu/não-eu num contexto plausível de transicionalidade, impedem o apagamento do objeto primário via trabalho do negativo (Green, 1982a, 1988a, 1993a). Sendo assim, o objeto primário permanece constantemente presente danificando a constituição de um espaço necessário à simbolização e ocasionando as angústias paradoxais de intrusão e/ou de separação. Nesse sentido, trata-se nos casos-limite de dificuldades na constituição de um espaço psíquico pessoal que possa ser investido narcisicamente de modo mais ou menos diferenciado do mundo exterior com o qual são estabelecidas relações. Dito de outra forma, trata-se de prejuízos na constituição de uma ausência na psique da qual depende diretamente o sucesso dos processos simbólicos.

Sendo, então, a hipótese teórica central na explicação etiológica dos casos-limite referida aos prejuízos na constituição dos limites psíquicos, uma consideração teórica sobre esses casos requer um percurso sobre a maneira como se constituem tais limites e sobre as conseqüências que derivam dos transtornos nessa constituição.

4.1 – O conceito de limite em suas dimensões espaço-temporais

O alcance da especificidade dos casos-limite depende de que se considere fundamentalmente o próprio limite como um conceito. Essa posição é fortemente endossada por Green (1986a; 1999) que, numa leitura pessoal de Freud, observa o quanto o conceito de limite encontra-se presente na psicanálise: as delimitações entre as instâncias psíquicas, a definição de pulsão como um conceito-limite entre o psíquico e o somático, a conversão histérica como um salto dos limites do psíquico para o somático, o recalque impingindo um limite ao desejo incompatível com a realidade, as censuras entre o pré-consciente, consciente e inconsciente, as barreiras de facilitação discutidas no Projeto. Embora nesses exemplos os limites pareçam sugerir certa rigidez, figurando talvez como barreiras estáticas, fixas, as delimitações que eles estabelecem não são absolutamente rigorosas. De fato, algumas preocupações de Freud, especialmente quanto às delimitações topográficas que acompanham a segunda teoria das pulsões (Freud, 1920; 1923; 1933), apontam justamente para o caráter móvel e flutuante das fronteiras psíquicas pensadas então em termos de processos de transformação de energia e de simbolização.

Trabalhando sobre as indicações freudianas acerca do narcisismo, Federn (1952) desenvolve uma concepção sobre as fronteiras psíquicas com importante repercussão na psicanálise. Identificado como “um pensador dos limites” por Anzieu (1985:119), Federn dedica-se a estudar os sentimentos do eu e de flutuação das fronteiras do eu acreditando que essas fronteiras mudam freqüente e naturalmente em conformidade com o momento da vida, com as adversidades com que se tem que lidar. Mantendo-se fiel a Freud, Federn avança sobre a hipótese de que a constituição do sentimento do eu depende do sentimento de unidade no tempo (a idéia de continuidade), do sentimento de unidade no espaço no momento presente e do sentimento de causalidade (a idéia de uma historicidade de si), elementos dos quais se tem consciência somente em situações de problemas no funcionamento psíquico. Do contrário, uma vez consolidados esses sentimentos, o eu se constitui narcisicamente de maneira que suas fronteiras são elásticas, porosas e funcionais, além de determinantes simultaneamente das realidades interna e externa (Federn, 1952).

Procura-se então contemplar as dimensões espaço-temporais em relação aos limites considerando-se que sejam particularmente relevantes para conceber

os limites psíquicos como elásticos, porosos, funcionais, fluidos, justamente porque estas características se perdem ou não se constituem no contexto de experiências traumáticas tais como as que prevalecem em relação aos casos-limite. Com efeito, se mobilidade e fluidez são características atribuídas às fronteiras psíquicas desses casos, é num sentido psicopatológico referido a um esgarçamento ou frouxidão dessas fronteiras e até mesmo a um envelopamento esburacado (cf. Anzieu, 1985).

No que diz respeito ao espaço, pelo menos três exemplos evidenciam essa importância: o espaço intra-psíquico que engloba a dimensão topológica da metapsicologia, o espaço intersubjetivo e o espaço do enquadre analítico (Green, 1986a). Em todos esses aspectos, ou seja, na topologia, nas relações objetais e na clínica, o limite evoca não uma linha que separa dois territórios, mas um território em si mesmo, um espaço que se desenha como um terceiro campo congregando em si os territórios que supostamente se consideraria divididos caso o limite fosse apenas uma linha. Na concepção do limite como um espaço terceiro tem-se então um território cuja origem deriva de outros dois que nunca se diferenciam por completo, conservando as suas características naquela terceira estrutura que tanto os diferencia quanto os reúne.

Em termos espaciais, a concepção de limite pensada por Green caracteriza justamente o espaço potencial como definido por Winnicott a propósito dos fenômenos transicionais. De fato, em Winnicott (1971), a transicionalidade consiste numa terceira área de experimentação habitada pelos objetos e fenômenos transicionais. Essa terceira área deve ser essencialmente considerada como um espaço potencial para o qual contribuem as realidades interna e externa, eu e não-eu, constituindo, desse modo, um paradoxo que, uma vez aceito, assume valor extremamente positivo para o desenvolvimento do verdadeiro *self*.

Os objetos e fenômenos transicionais são a primeira possessão original não-eu (Winnicott, 1971). Contudo, embora já não façam parte do universo do objeto subjetivo, produto da experiência de ilusão, ainda não são plenamente reconhecidos como pertencentes à realidade externa. Eles delineiam a jornada do universo puramente subjetivo à objetividade, marcando seu progresso através da manipulação do objeto e não mais através do controle mágico e onipotente que ocorre por ocasião da dependência absoluta, no contexto do objeto subjetivo. A transicionalidade esboça inicialmente uma área que será desenhada com contornos

mais nítidos à medida que a mãe inicia sua tarefa de, com o passar do tempo, desiludir gradativamente o bebê. Para Winnicott (1971, 1967a), essa é uma experiência de separação e a principal função dos objetos e fenômenos transicionais consiste em, paradoxalmente, unir-separando mãe e bebê. Isto inicia todos os seres humanos numa área neutra de experiência que, por sua vez, na jornada rumo à independência, se alarga cada vez mais abrangendo todo o campo cultural sem jamais ser confrontada com a questão sobre sua natureza: se é concebida subjetivamente ou se é apresentada a partir do exterior.

Verifica-se então a riqueza da dimensão espacial dos limites, tanto no que se refere ao espaço psíquico quanto às relações intersubjetivas e ao enquadre analítico, contextos nos quais os limites constituem espaços, áreas ou zonas de experiência e não separações lineares, divisórias. Há, com efeito, uma dimensão terceira nesses espaços remetendo à idéia de intermediário que congrega eu e não-eu, realidade psíquica e realidade compartilhada, interior e exterior, dentro e fora, tal como prevê o espaço potencial e a transicionalidade pensados segundo o referencial winnicottiano. Neles se aceita a indecidibilidade quanto à origem da terceira área de experimentação remonta a um ou a outro território, e, mais que isso, a não definição de sua origem é até mesmo necessária para sustentar a experiência paradoxal de ser perpassado por um e outro território, interno e externo, o eu e o outro, algo que ocorre já nos primórdios dos processos de simbolização.

O conceito de eu-pele proposto por Anzieu (1985) mostra-se bastante enriquecedor para pensar a questão espacial dos limites. Estudando as fronteiras e continentes psíquicos a que, de modo muito próprio, denomina *envelopes*, Anzieu estabelece no conceito de eu-pele uma correspondência entre a psique e a superfície corpórea. Os envelopes psíquicos, segundo o autor, se desenvolvem fundamentados basicamente nas funções da pele de envolver e proteger o corpo, conter os conteúdos internos, além de delimitar e separar dentro/fora e, ao mesmo tempo, mantê-los em contato. A partir de uma fantasia de pele comum vivenciada no contexto da díade bebê-círculo maternante, o eu-pele se estabelece ao longo do processo de separação mãe/bê demarcando paulatinamente uma estrutura topográfica de base, de caráter intermediário, cuja particularidade é justamente a composição de uma dupla face, interna e externa, permeada por um espaço. Este, por sua vez, deve ser suficientemente flexível às interações com o círculo

ambiental e, do mesmo modo, suficientemente continente dos conteúdos psíquicos.

Com efeito, a configuração bidimensional do eu-pele perpassada por um espaço intersticial se organiza mediante um ajustamento suficiente do círculo maternante ao bebê (Anzieu, 1985). Posicionado excessivamente próximo, a face externa do envelope psíquico se cola à face interna e o eu nascente é sufocado e invadido. Do contrário, ou seja, o círculo maternante encontrando-se excessivamente distante ou inconstante, o envelope psíquico não se constitui de maneira consistente. Os excessos do círculo maternante prejudicam então o espaço intersticial do eu-pele podendo ocasionar graves patologias. Uma vez achatado o espaço intermediário que caracterizaria o eu-pele, a sua interface desaparece evidenciando uma condição patológica. Este aspecto patológico do eu-pele, particularmente, mostra-se proveitoso para o debate sobre existir ou não uma diferença entre os casos-limite e as chamadas personalidades narcísicas, permitindo Anzieu estabelecer então certa diferença entre esses dois campos diagnósticos:

(...) meu conceito do Eu-pele poderia trazer um argumento suplementar para distinguir as personalidades narcísicas dos estados-limite. O Eu-pele 'normal' não envolve a totalidade do aparelho psíquico e apresenta uma dupla face, externa e interna, com uma separação entre essas duas faces que deixa lugar livre para um certo jogo. Essa limitação e essa separação tendem a desaparecer nas personalidades narcísicas (Anzieu, 1985:160-1).

Segundo o autor, nos distúrbios narcísicos da personalidade verifica-se o prejuízo do sentimento de coesão de si mesmo e, conseqüentemente, esses pacientes apresentam a necessidade de se bastarem com seu próprio envelope psíquico, de modo que uma fantasia de pele comum com o círculo externo é evitada a qualquer custo para que não se sintam dependentes (Anzieu, 1985). Nesses pacientes, é abolido o espaço entre as duas faces do eu-pele que se colam e se solidificam. Fenomenologicamente, as personalidades narcísicas tendem a se colocar no centro do interesse de si mesmas e dos demais e, carecendo de flexibilidade frente aos obstáculos da vida, podem experimentar uma ruptura do seu eu-pele. Um recurso de que se valem é a sobreposição de seu eu-pele pessoal pelo eu-pele de outrem. Embora este outro eu-pele se assemelhe a um envelopamento maternante, ele não é experimentado pela personalidade narcísica

como uma pele em comum, mas como algo externo a si-mesmo capaz de lhe prover de proteção e força, a ponto de forjar uma ilusão de invulnerabilidade. Estas operações mantêm o eu-pele em parede dupla, embora suprimam o espaço entre elas. Apesar disto, a relação continente-conteúdo fica preservada, o eu psíquico permanece integrado ao eu corporal, e a atividade do pensamento e a do trabalho psíquico criador permanece possível.

Nos casos-limite, de outro modo, o sentimento de continuidade de si mesmo é facilmente perdido, pois a totalidade da estrutura do eu-pele é alterada (Anzieu, 1985). Nesses casos, as duas faces do eu-pele se confundem em uma só como também se retorcem conforme o anel de Moebius. Esta condição acarreta a diminuição da produção fantasmática e determina principalmente a dificuldade para esses pacientes distinguirem dentro/fora sem que, no entanto, caracterizem-se como psicóticos:

Uma parte do sistema percepção-consciência, normalmente localizada na interface entre o mundo exterior e a realidade interna, é deslocada deste local e colocada em posição de observadora externa (o paciente estado-limite assiste de fora ao funcionamento do seu corpo e de seu espírito, como expectador desinteressado de sua própria vida). Mas a parte do sistema percepção-consciência que subsiste como interface assegura ao indivíduo uma adaptação suficiente à realidade para que ele não seja psicótico (Anzieu, 1985:162).

Diferentemente então das personalidades narcísicas, trata-se nos casos-limite de uma questão de conteúdo mal contido que se torna continente e que, por sua vez, contém mal. De qualquer maneira, segundo a proposta de Anzieu (1985), a configuração de um espaço intermediário em meio a um círculo maternante suficientemente distante é uma grande conquista em termos narcísicos. Uma vez estabelecido e mantido esse espaço em sua interface, a constituição narcísica é favorecida de maneira tal que o sentimento de unidade de si mesmo e de continuidade de si ao longo do tempo, como sugere Federn (1952), não são questionados ou mesmo percebidos conscientemente.

Avançando sobre o conceito de limite pensado em termos espaciais, ganha-se ainda em amplitude ao introduzir-se a dimensão da temporalidade. Roussillon (1991) ressalta nesse sentido a tendência na psicanálise em discutir a temporalidade em relação às experiências traumáticas de acordo com um ponto de vista quantitativo, como ocorre com a reelaboração posterior que compõe as primeiras leituras freudianas sobre o trauma. Neste caso, há um intervalo temporal

entre o primeiro tempo dos acontecimentos que consiste no momento exógeno da sedução, patológico apenas *a posteriori*, e o tempo posterior, endógeno, de rememoração da sedução que acarreta então efeitos traumáticos pelo excesso de energia investida no aparelho psíquico. O autor, entretanto, na esteira de Brette (1987, *apud* Roussillon, 1991), acredita que o aspecto qualitativo do trauma também dever ser considerado e destaca nesse sentido a temporalidade, cujo exame aponta para aspectos importantes na compreensão dos limites psíquicos nos casos-limite.

O viés qualitativo da experiência traumática em relação à temporalidade pode ser observado na eliminação da distância temporal e estrutural que separa a sexualidade adulta da infantil, como ocorre nas cenas de sedução (Roussillon, 1991). Nessa perspectiva, o tempo e o ritmo de maturação da psique infantil não são respeitados pelo adulto que implanta a sua sexualidade na criança. Por conseguinte, tem-se um excesso de excitação para o grau de organização ainda precário da libido e da capacidade de ligação do eu infantil. A confusão de línguas descrita por Ferenczi (1933) ilustra bem a desorganização que pode derivar do desrespeito aos limites entre gerações e aos interditos edípicos.

A teoria da sedução generalizada de Laplanche (1988) permite igualmente entrever a perturbação, o excesso para a psique infantil que comporta a mensagem emitida pelo adulto, atravessada que é pela sua sexualidade. Na melhor das hipóteses, lembra Scarfone (1992), a mensagem emitida pelo adulto alcançou um compromisso via recalque e aparece para a criança como enigma:

(...) a mensagem enigmática é, como indicava recentemente Laplanche, uma mensagem *compromisso*. Compromisso pela via inconsciente do adulto, precisa Laplanche, não sem lembrar que ele acorda também à palavra compromisso o seu sentido habitual: um compromisso entre duas partes, como o sintoma é um compromisso. Esse compromisso necessário supõe então que uma inibição (talvez pudéssemos dizer aqui: inibição quanto ao objetivo?) é transmitida ao mesmo tempo em que a excitação, tornando possível uma operação defensiva eficaz da parte do receptor desta mensagem (Scarfone, 1992:102; grifo do autor; minha tradução).

O autor demarca nesse sentido que sob a marca do compromisso, e, portanto, do recalque, a mensagem adulta comporta excitação/inibição favorecendo então ao receptor defender-se eficazmente dessa mensagem enigmática. Não obstante, mesmo perturbadora e excessiva pela diferença

geracional, a mensagem adulta, se atravessada pelo recalque, implanta a sexualidade na criança excitando-a, mas igualmente convidando-a a inibir-se, defender-se. Isto veicula finalmente para a criança a possibilidade de tradução do enigma emitido pelo adulto. O problema é justamente a ausência de compromisso na mensagem emitida, pois nesse caso a mensagem é recebida como intromissão (Scarfone, 1992). Nessa conjuntura de intromissão, a confusão entre o tempo sexual da criança e o tempo sexual do adulto faz com que as atividades tradutoras e recaladoras da criança sejam minadas e a excitação provocada pelo adulto não encontre atenuantes, curto-circuitando a constituição das instâncias psíquicas em vias de formação.

Além da dimensão da temporalidade relacionada aos limites violados entre as diferenças geracionais, outra experiência traumática qualitativa que evoca o aspecto temporal da concepção de limite remonta às respostas ambientais às exigências de satisfação colocadas pela criança. Na verdade, faz-se necessário um manejo adequado do tempo para as respostas visto que há um tempo ótimo de espera:

Quando esse tempo é reduzido a nada pela mãe que atende imediatamente às vontades do bebê (ou as antecipa), ela o priva da habilidade de elaborar. Se, ao contrário, sua resposta ultrapassa um certo limite, isso engendra reações catastróficas no bebê com experiências de desintegração. Aqui a distância exata vem a ser o tempo exato. A mãe suficientemente boa também é a suficientemente má (Green, 1988c:21).

Nesse sentido, o tempo das respostas deve ser cuidadosa e suficientemente manejado para que se configure no psiquismo perspectivas complexas como a possibilidade de tolerar a ausência da mãe, como diria Winnicott (1967a), ou, a possibilidade de aceder à ação do processo psíquico secundário em oposição à tendência à descarga do processo psíquico primário, como diria Freud (1911). Em contrapartida, as falhas ou inadequações no tempo de resposta das provisões ambientais são vivenciadas como intrusão e/ou abandono, interferências que exigem reações e interrompem a experiência de continuidade do ser. Se esse tempo é extrapolado para além da capacidade de manutenção da união com a mãe através dos objetos e fenômenos transicionais, dificilmente se mantém viva a representação da imago materna na realidade psíquica do bebê. Além disso, rompe-se a continuidade do ser e defesas primitivas são acionadas para fazer

frente à ameaça de desintegração, o que configura então uma experiência traumática.

De fato, Winnicott (1967a) é categórico quanto à importância do fator tempo no processo de separação da unidade primitiva mãe-bebê:

O sentimento de que a mãe existe dura x minutos. Se a mãe ficar distante mais do que x minutos, então a imago se esmaece e, juntamente com ela, cessa a capacidade do bebê utilizar o símbolo da união. O bebê fica aflito, mas essa aflição é logo corrigida, pois a mãe retorna em $x + y$ minutos. Em $x + y$ minutos, o bebê não se alterou. Em $x + y + z$ minutos, o bebê ficou traumatizado... o retorno da mãe não corrige o estado alterado do bebê. O trauma implica que o bebê experimentou uma ruptura na continuidade da vida, de modo que defesas primitivas agora se organizaram contra a repetição da 'ansiedade impensável' ou contra o retorno do agudo estado confusional próprio da desintegração da estrutura nascente do ego (Winnicott, 1967a:135-6).

A ruptura na experiência de continuidade do ser provocada pelo manejo inadequado do tempo das respostas ambientais reverbera em sérios prejuízos à instauração e manutenção do espaço necessário para a área da ilusão que inicialmente encontra-se na ordem do objeto subjetivo. Esta área inauguraria, por conseguinte, o espaço potencial sob a égide dos objetos e fenômenos transicionais, e fica então prejudicada frente aos traumas vivenciados em relação ao tempo ótimo de espera.

Com base na idéia de três tempos discutida por Winnicott (1967a), Roussillon (1999) define o tempo x de espera pelas respostas apenas como uma situação *potencialmente* traumática, pois as vicissitudes desse tempo podem ser estruturantes se os recursos psíquicos encontram-se capacitados a estabelecer ligações ou a descarregar o fluxo excessivo da quantidade de tensão. Isto pode ocorrer pela satisfação alucinatória do desejo, pelo auto-erotismo, pela atividade motora, ou pela destrutividade. Se estas medidas fracassam antes das respostas adequadas do ambiente, instaura-se então o tempo seguinte, $x + y$, desencadeando o estado de desamparo.

Acompanhado de traços mnésicos oriundos de experiências de satisfação com o objeto, o desamparo pode manter certa abertura a objetos dispostos a prestar socorro apaziguando assim a tensão excessiva (Roussillon, 1999). Com esses objetos será possível o estabelecimento de contratos narcísicos organizadores dos processos de socialização, inclusive das relações objetais

ambivalentes e triangulares, pois o objeto presente amado e o objeto ausente odiado instauram aos poucos o conflito devido à ambivalência.

O problema dos contratos narcísicos advém muitas vezes das exigências dos objetos apaziguadores para a manutenção desses contratos. Neles, o objeto apaziguador desempenha implicitamente um reconhecimento narcísico do sujeito, mas pode vir a cobrar um alto preço para continuar assegurando-o. Conseqüentemente, estabelecem-se alianças patológicas com o objeto das quais um bom exemplo é a dissociação do eu em verdadeiro e falso-*self*. Mobiliza-se nesse caso a raiva ou o amor servil, cujos efeitos se manifestam na degeneração do estado de falta e no estabelecimento do tempo seguinte, $x + y + z$, tempo do “estado traumático primário” (Roussillon, 1999:19) assim caracterizado:

Esses estados traumáticos primários possuem um certo número de características que os especificam. São, como os estados de desamparo, experiências de tensão e de desprazer sem representação (o que não quer dizer sem percepção nem sem sensação), sem saída, quer dizer sem recursos internos (foram esgotados) nem recursos externos (estes são falhos), estados para além da falta (...) (Roussillon, 1999:19; minha tradução).

Esses estados traumáticos descritos pelo autor estabelecem na verdade impasses para a subjetividade em função das situações vivenciadas psiquicamente caracterizadas como *sem saída* (Roussillon, 1999). Tais impasses provocam um estado de sofrimento psíquico determinado sobretudo pela agonia que, em conjunto com a intensidade pulsional excessiva envolvida nesses estados, leva ao terror inominável (Bion) ou ao medo do colapso (Winnicott). Sendo assim, nos estados traumáticos primários extrapola-se o tempo de suportabilidade do estado de desamparo e de falta, para além das exigências dos objetos para a manutenção dos contratos narcísicos, estabelecendo impasses que sem dúvida dificultam a organização da transicionalidade.

A perspectiva temporal da concepção de limite pode ser apontada ainda na diferenciação entre processos psíquicos primários e secundários, ou seja, naquilo que distancia ou distingue um processo do outro (Roussillon, 1991). Certamente, o movimento dialético entre eles é de extrema importância. Entretanto, há uma diferença a ser destacada no modo como se apresentam primeiro na infância e posteriormente na vida adulta. Nos primórdios da existência, antes, portanto, de

coexistirem dialeticamente, há que se considerar alguns elementos diferenciadores entre processo psíquico primário e secundário:

Se o *não*, que é um dos diferenciadores principais da oposição primário/secundário, é cedo construído (por volta de treze meses, de acordo com R. Spitz), o tempo cronológico – segundo dos operadores principais da oposição entre processo primário e secundário – constrói-se bem mais tardiamente – ele resulta da organização do fantasma da cena primitiva e da instauração do superego pós-edipiano, e só é realmente adquirido no limiar do período de latência (Roussillon, 1991:234).

Desse modo, antes ainda da formalização dos processos secundários, podem ser destacadas outras formas de temporalidade que contribuem à sua estruturação, como o ritmo. Orientado pela importância dos ritmos periódicos para o aparelho psíquico (cf. Freud, 1895a) e para a representação do tempo, Roussillon (1991), considera um bom período como equivalente de um bom ritmo que torna aceitável a quantidade para o sistema psíquico, permitindo-a ser elaborada como qualidade. Pensar o ritmo biológico no contexto das relações objetais implica inicialmente em considerar a satisfação oriunda do encontro entre o ritmo interno da criança e o ritmo do objeto externo, o que determina uma coincidência entre dois campos e demarca a experiência de ilusão na qual o objeto é, ao mesmo tempo, criado/encontrado.

Embora sem ser exatamente destacado por Winnicott, deve-se considerar que a atividade pulsional incide sobre o momento de ilusão, sobre os processos transicionais, fazendo com que a capacidade adaptativa da mãe suficientemente boa precise ser acompanhada de um trabalho adaptativo da criança no intuito de harmonizar o ritmo da experiência de criação/encontro do objeto (Roussillon, 1991). A percepção periférica do seio visto de perfil é uma boa ilustração nesse sentido, uma experiência de adaptação que não comporta necessariamente um aspecto traumático. Segundo a concepção laplanchiana, talvez seja mesmo necessária a ocorrência de uma certa distância espaço-temporal entre o objeto criado/encontrado que implanta na psique infantil um significante enigmático referido potencialmente à sexualidade materna ou que, pelo menos, “pré-inscreve o traço de sua futura questão” (Roussillon, 1991:237).

De todo modo, o trabalho adaptativo necessário em virtude de uma certa desarmonia rítmica entre o objeto criado/encontrado causado pelos diferentes

impulsos rítmicos internos (a atividade pulsional) estimula uma atividade psíquica futura, demarcando uma abertura para desdobramentos psíquicos posteriores. Sendo assim, o aspecto rítmico da temporalidade mais primitiva relacionada ao aparelho psíquico engloba tanto a harmonia entre a necessidade interna e a presença do objeto externo, numa visão winnicottiana, quanto a exigência de um trabalho adaptativo quando essa simultaneidade temporal não se faz presente, conforme previsto na leitura laplanchiana.

Avançando na discussão, Roussillon (1991) considera a temporalidade no que diz respeito à harmonia suficiente dos ritmos interno e externo *durante* a experiência de satisfação¹, tratando-se aqui de conceber uma harmonização dos diferentes ritmos que compõem os cuidados ambientais. O ritmo da sucção, das pressões dos toques, da continuidade e descontinuidade do fluxo de leite, da respiração, enfim, de todos os cuidados maternos mais primitivos que com o decorrer do desenvolvimento estendem-se para abarcar o ritmo compreendido entre o sono e a vigília, noite e dia.

Todavia, se em vez da harmonia primária dos ritmos a experiência primária com o ambiente caracteriza-se pela disritmia, a efração da quantidade de energia ou a sua descarga domina a psique. Conseqüentemente, a desarmonia rítmica primária conduz a uma experiência traumática, a uma experiência de *ilusão negativa* (Roussillon, 1991), marcada pela impressão de que o mundo está fora de controle ou de que dele nada pode se esperar:

Num bom ritmo, os cuidados maternos aparecerão à criança como significantes da união simbiótica harmoniosa primária. Ao contrário, a desarmonia, a disritmia darão a esta ou a impressão de um mundo incontrolável – se tudo vem muito depressa –, ou de um mundo desesperador – se tudo vem muito lentamente –, e em ambos os casos implicarão seja uma rejeição ou uma retirada, seja uma submissão passiva e uma experiência de aniquilamento da capacidade de satisfação (Roussillon, 1991:237).

A disritmia na relação primária com o ambiente desvirtua a experiência de ilusão impedindo a onipotência que marca o universo do objeto subjetivo que, do ponto de vista do bebê, é magicamente criado por ele. Por conseguinte, a sensação corporal é desqualificada como fonte segura para identificação das futuras satisfações ou insatisfações, ficando assim obstruída a “matriz da auto-

¹ Esta consideração parece semelhante ao desenvolvimento de N. Abraham (1972) sobre esta questão.

representação de si e de seus processos internos” (Roussillon, 1991:239). As conseqüências nesse sentido são bem complicadas: “O interior da criança – inclusive, e sobretudo nesse momento, o interior ‘corporal’ – é então vivido como um mundo caótico, não organizado, que deve ser dirigido e controlado de fora” (Roussillon, 1991:239). A referência para a representação de si é então configurada no ambiente e nele permanece depositada de modo que o ambiente passa a assumir o lugar de invólucro protético ou de suprimento da vivência de disritmia interna, o que requer naturalmente uma vigilância tenaz sobre ele. O grande consumo de medicamentos pelos adultos é uma medida de contra-investimento que reflete bem a vivência de caos ou de disritmia interna que acontece quando o sujeito não pode confiar nas auto-regulações biológicas.

De fato, a experiência de harmonização primária dos ritmos deve ser fundamentalmente considerada na estruturação do aparelho psíquico, tanto no que tange à satisfação alcançada no encontro entre a necessidade interna e a presença/ausência do objeto externo, quanto em relação ao encontro dos ritmos que permeiam essa experiência de satisfação. Efetivamente, assim como a pulsão encontra apoio inicial nas funções corporais de auto-conservação, o eu se apóia na sensação, na percepção interna e externa e no ritmo que elas demarcam. Há dessa forma uma dupla experiência de apoio, inter-relacional e intra-psíquica, cuja harmonização rítmica mais primitiva sedimenta para a criança a informação de que suas sensações corporais e percepções são pertinentes e que podem ser investidas (Roussillon, 1991).

Pode-se dizer enfim que o ritmo suficientemente bom na dupla experiência de apoio favorece essencialmente a experiência de ilusão e em seguida a transicionalidade. Formaliza-se dessa maneira em si, em vez de no ambiente, a matriz da percepção de si, ou seja, a possibilidade de auto-representar-se e a capacidade de reflexividade narcísica (Roussillon, 1991). Dito de outro modo, consolida-se a percepção de que a fonte da excitação pulsional remonta a si mesmo e não ao ambiente e, além disso, progressivamente organizam-se as futuras diferenciações tópica, dinâmica e econômica que estruturam o campo psíquico. Dessa maneira, percebe-se que os elementos qualitativos dos limites temporais articulam-se ao aspecto quantitativo da atividade pulsional capacitando o aparelho psíquico para elaborar as experiências de modo geral e sobretudo as que seriam potencialmente traumáticas.

A idéia de harmonia rítmica primária proposta por Roussillon (1991) caminha em conjunto com o estabelecimento da transicionalidade, cuja importância se deve à configuração de um espaço temporal transitório de separação do objeto primário a partir do qual o objeto pode sobreviver na imago infantil sem perder o seu devido valor e manter-se vivo. Caracterizada justamente pelo paradoxo, a terceira área de experimentação garante o trânsito necessário para a organização e aceitação interna de um tempo rítmico de si mesmo que, numa certa perspectiva, significa “o tempo necessário para que uma apropriação e uma organização suficientes do trajeto pulsional e de sua perenidade possam ocorrer” (Roussillon, 1991:241). Sem essas experiências, o aparelho psíquico fica geralmente propenso às clivagens e aos dilemas radicais e não ao espaço potencial e aos conflitos.

Isto quer dizer que a harmonia rítmica primária articula-se intrinsecamente à indecidibilidade paradoxal da transicionalidade que demarca o trânsito necessário para a entrada no funcionamento dialético dos processos psíquicos primários e secundários. Diferentemente, a desarmonia rítmica determina uma ruptura no paradoxo sobre o qual se organiza a transicionalidade e, em vez da indecidibilidade e da apropriação do ritmo de si mesmo, tem-se uma *certeza*: é o ambiente quem sabe de que tempo se trata, ou de que ritmo está em questão. Isto impede a indefinição quanto à origem interna ou externa da sensação ou da percepção. Sem paradoxo, e, portanto, sem indefinição, não há diferenciação possível. O fracasso da experiência de harmonia primária quanto aos ritmos compromete de maneira contundente a constituição da forma intermediária a partir da qual seria possível ascender aos processos psíquicos secundários.

Adotando-se enfim o conceito de limite nas suas dimensões espaço-temporais amplia-se a discussão quanto a constituição das fronteiras psíquicas, intra-psíquicas e intersubjetivas, e dos modos de circulação entre elas. Esta discussão é imprescindível no que diz respeito aos casos-limite, pois com estes pacientes a constituição dessas fronteiras remete-se sempre a um contexto traumático.

4.2 – A questão dos limites psíquicos e os casos-limite

O tema dos limites intra-psíquicos e intersubjetivos constitui-se no problema central dos casos-limite (Green, 1975a). De imediato, identifica-se

nesses casos que o objeto é vivenciado como estando constantemente presente, comprometendo um distanciamento suficiente para que se constitua uma *ausência* na psique, ou o que se poderia chamar de espaço psíquico pessoal, necessário para o devido desdobramento de processos de simbolização como o pensamento:

O objeto que está sempre presente intrusivamente, ocupando permanentemente o espaço psíquico pessoal, mobiliza uma permanente contracetexia a fim de combater essa perturbação, o que exaure os recursos do ego ou o força a livrar-se de sua carga mediante uma projeção expulsiva. Jamais estando ausente, não se pode pensar nele. De modo inverso, o objeto inacessível nunca pode ser levado para o espaço pessoal ou, pelo menos, jamais de um modo suficientemente duradouro. Assim, ele não pode ter como base o modelo de uma presença imaginária ou metafórica (Green,1975a:47).

A necessidade de ausência do objeto referida por Green indica não a perda ou a morte do objeto, mas assinala a importância de existir um espaço intermediário entre a intrusão e a perda favorecendo justamente a representação. Trata-se nesse sentido de associar presença e ausência numa justa medida uma vez que o excesso da primeira implica em intrusão e o excesso da outra implica em perda. Além disso, trata-se ainda da necessidade de um grande esforço psíquico para tolerar a ausência, diferenciá-la da perda e transformá-la em presença potencial, requisito princeps para a construção do pensamento e que perpassa uma série de processos que evocam os mecanismos do trabalho do negativo (Green, 1993a).

O conceito de ausência *à la* Green se sustenta nos aspectos espaço-temporais que colorem a concepção acerca dos limites, englobando tanto o espaço potencial inaugurado com a transicionalidade quanto os ritmos suficientemente harmônicos que o favorecem. Na verdade, a constituição da ausência na psique é correlata da instauração de um espaço psíquico pessoal a partir do qual podem se desdobrar os processos de pensamento.

A inexistência do espaço de ausência na psique ou do espaço psíquico pessoal demonstra a fragilidade das fronteiras psíquicas tão característica dos casos-limite. Além da vivência torturante da dupla angústia de intrusão e de separação, os processos de pensamento são bloqueados nesses pacientes, a constituição das suas representações é inibida e as relações objetais que estabelecem ocorre via bi-triangulação, isto é, os objetos são ao mesmo tempo sentidos como bons ou maus e, respectivamente, considerados inacessíveis, fora

de alcance para investimento, ou invasivos e perseguidores. Esses componentes constituem o núcleo psicótico fundamental descrito como *psicose branca*, por Donnet e Green (1973), e associado à *loucura privada* nos casos-limite (Green, 1988a):

“O efeito desta dupla ansiedade [separação/intrusão], que às vezes assume formas torturantes, me parece relacionar-se em essência não ao problema do desejo (como na neurose), mas à formação do pensamento (Bion, 1957). Donnet e eu descrevemos (Donnet e Green, 1973) o que chamamos de *psicose em branco* (*psychose blanche*), isto é, o que consideramos ser o núcleo psicótico fundamental” (Green, 1975a:46).

De modo geral, a psicose branca não implica numa psicose manifesta, com vasta operação de mecanismos de projeção, nem numa depressão na qual pode ocorrer o luto (Green, 1975a). Trata-se antes da paralisia do pensamento, amiúde expressa pelo paciente como um sentimento de ter a cabeça oca ou de uma incapacidade de se concentrar e de recordar, confundida ainda mais por relações objetais vivenciadas como dilemas insolúveis entre intrusão e separação. Essa perspectiva desenha-se evidentemente de uma forma bastante diferente da indecidibilidade paradoxal própria da transicionalidade na qual as dimensões espaço-temporais são preservadas favorecendo a constituição dos limites psíquicos em sua caracterização intermediária fundamental.

De fato, os limites do campo psíquico se situam transitoriamente entre a excitação somática, por um lado, enquanto fonte da pulsão, e, por outro lado, a ação específica, enquanto a finalidade da pulsão (Green, 1977a). Segundo essa hipótese, o campo psíquico se encontra sob uma dupla influência, a pressão da pulsão induzindo à ação específica e o impacto do objeto dedicado inicialmente a satisfazer a necessidade e gradativamente facilitando a diferenciação da unidade primordial. Entre essa dupla face, fonte e ação, a configuração do espaço de ausência é fundamental para que se desenvolvam os processos de simbolização. Nesse contexto, o princípio de prazer-desprazer, articulado ao princípio de realidade, assume a responsabilidade pela circulação entre os diferentes territórios enquanto o teste de realidade julga a existência ou inexistência do objeto e, portanto, é claro, de si mesmo, pois, psiquicamente, saber se o objeto existe ou

não, já implica na diferenciação eu/não-eu, ou, preferindo, na aptidão para distinguir representação e percepção (Green, 1977a)².

Nos casos-limite, no entanto, a ausência na psique não se constitui de maneira a favorecer os processos de simbolização. As experiências traumáticas no contexto dos cuidados primários incidem sobre o eu ainda em formação como conseqüências desastrosas, ocasionando feridas não cicatrizadas que paralisam suas atividades, sobretudo em função da prevalência do recurso à clivagem (Green, 1999). A clivagem é referida principalmente pelos teóricos das relações de objeto, que seguem o referencial kleiniano, como um mecanismo de defesa utilizado normalmente pelo psiquismo e até mesmo necessário a fim de separar aspectos complementares, porém opostos, como bom e mau. Frequentemente, esses aspectos são difíceis de serem imediatamente tolerados como pertencentes ao mesmo objeto e por isso são clivados enquanto os objetos são percebidos apenas parcialmente, embora em algum outro momento e num determinado espaço psíquico possam novamente reunir-se contribuindo então para a percepção de objetos totais.

Todavia, e esse é um grande problema para os casos-limite, a clivagem perde a sua utilidade em caso de sobrecarga de tensão, torna-se radical e patologicamente provoca a amputação do eu levando à perda de contato com parte da realidade psíquica e ainda ocasionando divisões nos elos associativos que prejudicam os processos psíquicos como um todo (Green, 1977a).

Segundo Green (1977a), a tensão que redunde na clivagem patológica tão presente nos casos-limite ocorre nas organizações psíquicas primárias, pois deriva diretamente da confusão ocasionada pelos excessos do objeto:

A divisão da criança é uma reação muito básica à atitude do objeto, que pode ser dupla: (1) uma falta de fusão da parte da mãe, no sentido de que mesmo nas experiências reais de encontro a criança se depara com *seios em branco*; (2) um excesso de fusão, sendo a mãe incapaz de renunciar em prol do crescimento de seu filho ao êxtase paradisíaco reobtido através da experiência da gravidez (Green, 1977a:83).

² As considerações desenvolvidas por Green em 1975a e 1977a acerca da natureza dos limites intra-psíquicos e intersubjetivos, assim como da circulação através deles certamente foram formalizadas mais adiante, em 1982a, texto em que o autor se debruça especificamente sobre uma teoria do pensamento construindo o conceito de duplo-limite e, em 1993a, quando reúne uma série de artigos que discutem o trabalho do negativo. Contudo, essas primeiras considerações de 75a e 77a são de grande importância para compreender a fragilidade da constituição das fronteiras psíquicas enquanto caracterização específica dos casos-limite.

Sendo assim, da atitude excessivamente ausente ou intrusiva do objeto resulta a clivagem patológica na criança, uma clivagem que se estende inclusive para a dissociação entre psique e soma tornando incongruentes as sensações corporais e os afetos (Green, 1977a). Neste caso, o primeiro nível da divisão interno/externo pode acontecer precariamente delineando um continente do eu que, no entanto, não funciona como um escudo protetor e não consegue ser adaptativo, o que lembra a descrição de Anzieu (1985) a propósito do eu-pele sem espaço intersticial que caracterizaria as personalidades narcísicas. Isto quer dizer que o continente é flexível para se expandir ou para se retrair conforme esteja em questão a angústia de separação ou a de intrusão, mas não quer dizer que essa variação seja experimentada como algo enriquecedor, ou seja, como algo com o qual se pode aprender (Bion, 1962a). É antes experimentado como perda de controle, como a última defesa possível ante a implosão ou desintegração.

O segundo nível da divisão agora intra-psíquica atesta de pronto uma falha na integração, pois o eu apresenta-se composto por diferentes núcleos não comunicantes entre si, semelhantes a arquipélagos isolados circundados por espaços vazios em nada favorecedores da comunicação entre eles (Green, 1977a). Nesse sentido, pensamentos, afetos e fantasias coexistem em meio a um espaço vazio, enquanto externamente tem-se a impressão de que o contato com essas pessoas é limitado e de que nelas habita indiferença, ausência de vitalidade e futilidade.

Roussillon (1999) contextualiza a clivagem nos casos-limite em meio aos estados traumáticos primários apontando-a como a única saída possível para fazer frente aos impasses experimentados na medida em que é extrapolado o tempo de suportabilidade do eu frente às respostas ambientais. A clivagem consiste desse modo numa medida de sobrevivência psíquica, mas implica igualmente numa espécie de sofrimento auto-engendrado caracterizando-se, por isso, de maneira paradoxal:

“Para sobreviver o sujeito se retira da experiência traumática primária, ele se retira e se corta da sua subjetividade. Ele assegura, este é o paradoxo, sua ‘sobrevivência’ psíquica se cortando de sua vida psíquica subjetiva. Ele não ‘sente’ mais o estado traumático, ele não se sente mais lá onde ele está, ele se descentra de si- mesmo, se desloca de sua experiência subjetiva” (Roussillon, 1999:20; minha tradução).

A clivagem permite então retirar ou cortar da subjetividade uma situação que, por conseguinte, é ao mesmo tempo experimentada pelo eu e não constituída como experiência do eu. Trata-se de que embora o estado traumático tenha sido de fato experimentado deixando traços mnésicos, ele não foi representado. Por isso, Roussillon (1999:21) defende nos casos-limite uma clivagem “ao” eu, diferentemente de uma clivagem “do” eu. A sua hipótese nesse sentido indica a clivagem de uma parte da psique que sequer chegou ao eu para que fosse então representada, o que implica numa certa variação da concepção freudiana da clivagem tal como discutida no artigo *A divisão do ego no processo de defesa* (Freud, 1940a) e no *Esboço de psicanálise* (Freud, 1940b).

A clivagem do eu é efetivamente prevista por Freud (1940a) frente à ameaça de castração e ao conflito intra-psíquico que se instaura a partir da exigência de satisfação pulsional e da proibição imposta pela realidade. A clivagem nesse contexto se manifesta por duas reações simultâneas ao conflito que, embora válidas e eficazes, são contraditórias. Por um lado, rejeita-se a realidade e se recusa a aceitar a proibição e, por outro lado, reconhece-se a realidade e o perigo que ela implica. Ou seja, diferentemente do compromisso alcançado mediante o recalque, mantêm-se ao mesmo tempo nesse tipo de clivagem duas atitudes incongruentes entre si. O eu é bem sucedido ao lançar mão dessa medida, mas paga o preço de gerar uma fenda que tende apenas a aumentar e que pode persistir durante toda a vida. Essa perspectiva freudiana da clivagem ressalta principalmente o mecanismo da recusa (*Verleugnung*) da castração como elemento determinante, referido sobretudo ao fetichismo e a outras defesas perversas.

No *Esboço*, Freud (1940b:217) retoma a questão da clivagem do eu em casos clínicos como o fetichismo, discutindo a relação que esses casos mantêm com a realidade apesar da clivagem que leva à recusa de exigências da realidade percebidas como aflitivas. Freud (1940b) considera ainda no mesmo trabalho a clivagem numa outra perspectiva, a que se refere à diferenciação topográfica na origem das neuroses em geral. Trata-se aqui da clivagem entre o eu e o isso a partir da qual uma atitude em relação à realidade é localizável no eu enquanto a outra permanece recalçada sendo localizável apenas no isso.

Para além da clivagem entre instâncias pressuposta nas neuroses e da clivagem do eu associada às perversões, Roussillon (1999) destaca em outro plano

a clivagem nos casos-limite. Para o autor, nas perversões o eu encontra-se dividido entre duas cadeias representativas incompatíveis entre si enquanto nos casos-limite a clivagem se refere a uma subjetividade dividida entre uma parte representada e outra não representável. Dessa forma, Roussillon defende a clivagem como determinante princeps das patologias do narcisismo apontando-a como a primeira medida de sobrevivência psíquica frente aos impasses vivenciados por ocasião dos estados traumáticos primários.

É verdade que lançar mão da clivagem como recurso defensivo não resolve o problema da experiência traumática e das agonias inomináveis que a acompanham, pois ela não elimina os traços dessas experiências que se conservam num funcionamento além do princípio de prazer ameaçando retornar via compulsão à repetição:

“Os traços da experiência traumática primária estão ‘além do princípio de prazer-desprazer’. É a defesa que esta sob o primado do princípio de prazer e que o representa, os traços perceptivos estão, ao contrário, submetidos à compulsão à repetição. O que quer dizer que eles vão ser regularmente reativados sob a pressão desta, que eles vão então tender a ser regularmente alucinatoriamente reinvestidos” (Roussillon, 1999:22; minha tradução).

O reinvestimento dos traços perceptivos da experiência traumática primária sob a pressão da compulsão à repetição ameaça então a subjetividade com o seu retorno. Além disso, justamente por não caracterizar-se pela representatividade, o retorno do clivado se manifesta em ato, o que redundará ainda mais incisivamente no risco de reproduzir o estado traumático. Este precisa ser evitado a todo custo, o que provoca o acionamento de defesas complementares:

“A clivagem não é então suficiente, será necessário repeti-la ou *organizar defesas contra o retorno do estado traumático anterior*. São as defesas complementares, colocadas em ação pela psique para tentar ligar e interromper de maneira estável o retorno do clivado, que vão caracterizar o quadro clínico das defesas narcísicas e as diferentes formas de patologias identitário-narcísicas” (Roussillon, 1999:22; grifos do autor; minha tradução).

Um tipo de defesa complementar frente à ameaça de retorno do clivado é a tentativa de retomar um contrato narcísico com um objeto e assim reviver o encontro primário com o objeto apaziguador ocorrido no tempo $x + y$ (Roussillon, 1999). Ainda que possivelmente alienante para a parte da psique que empreende a

tarefa defensiva, como evidenciam certas formas de masoquismo ou a constituição do falso-*self*, render-se secundariamente a um contrato narcísico mostra-se uma opção melhor que a agonia. Contudo, a clivagem constitui o que Roussillon (1999:23) denomina de “*fueros*” na psique, referindo-se a um tipo de extraterritorialidade cujos traços só podem ser re-encontrados através das modalidades de ligações primárias não simbólicas. Nesse sentido, existem também outras defesas complementares como a neutralização energética, a sexualização, a somatização, as soluções grupais e institucionais e as soluções delirantes ou psicóticas (Roussillon, 1999). Estas respostas à ameaça de retorno do clivado não são estanques em si mesmas, podendo, é claro, perpassar umas as outras. De todo modo, elas indicam segundo Roussillon (1999:24) processos de “auto-curas” ou procedimentos “auto-calmantes” que não incluem a simbolização e tampouco os lutos necessários à simbolização, mas esboçam uma sutura, isto é, uma re-ligação, secundária à clivagem.

Sinteticamente, pode-se afirmar portanto que os casos-limite são atravessados pela problemática das fronteiras psíquicas em função das experiências traumáticas primárias que tanto prejudicam os aspectos espaço-temporais constitutivos dessas fronteiras como também provocam a prevalência da clivagem e de uma série de defesas complementares para tentar estabelecer ligações primárias não simbólicas como esforço para fazer frente à ameaça de retorno do clivado. No escopo da clínica contemporânea, esta questão dos prejuízos na constituição das fronteiras psíquicas desses pacientes torna-se efetivamente evidente nos limites da analisabilidade que eles imputam na situação analítica, contexto no qual os casos-limite podem ser situados entre duas extremidades: a normalidade social e a regressão fusional ou dependência objetal (Green, 1975a).

No âmbito da normalidade social, corrobora-se a descrição de McDougall (1972a) sobre o antianalisando na qual o início do processo analítico fracassa mesmo numa situação analítica definida ou a descrição de Bollas (1987) sobre o paciente normótico. O pacto que esse tipo de paciente estabelece com o analista para manter rígidas as regras do enquadre enquanto a análise apenas aparentemente acontece (cf. Bleger, 1967) talvez possa ser inclusive relacionado aos contratos narcísicos que, pautados sobre alianças patológicas, organizam um falso-*self* capaz de assegurar algum apaziguamento frente às situações traumáticas

(cf. Roussillon, 1999). Além disso, tanto o antianalisando quanto o normótico parecem mumificar e paralisar a atividade de seus objetos fazendo com que o analista, veja a si mesmo apanhado numa situação de exclusão objetual, mesmo com todo seu esforço interpretativo (McDougall, 1978a). Por conseguinte, o analista pode vir a desinvestir o paciente e desenvolver um estado de inércia no decurso da análise com esses pacientes. Estes, por sua vez, parecem lançar mão da neutralização energética, modalidade de ligação primária não simbólica através da qual evitam investimentos objetais no intuito de não se arriscarem a reativar a zona traumática primária clivada e o confronto com o estado de falta agonístico que impeliu à clivagem (Roussillon, 1999).

No outro extremo, na regressão fusional ou dependência do objeto, agrava-se a exigência feita às capacidades afetiva e empática do analista, assim como a dependência das suas funções mentais, ou melhor, dos seus processos e esforços simbolizantes (Green, 1975a). Manifestando-se intensamente como nas paixões vulcânicas ou de maneira mais sutil, essa regressão varia da beatitude ao terror, da onipotência à impotência:

“Nós a vemos, por exemplo, em uma liberação associativa extrema, uma obscuridade de pensamento, um desempenho somático inoportuno no divã, como se o paciente estivesse tentando se comunicar através de uma linguagem corporal ou, mesmo mais simplesmente, quando a atmosfera analítica se torna pesada e opressiva” (Green, 1975a:44).

Entre essa caracterização do pólo regressivo proposta pelo autor e a normalidade social transitam os múltiplos mecanismos de defesa manifestos pelos casos-limite, especialmente a exclusão somática e a expulsão via ação enquanto mecanismos que expressam em ato o curto-circuito psíquico determinado incisivamente pelo excesso de clivagens (Green, 1975a). Na exclusão somática, ocorre uma atuação no próprio corpo através de somatizações, o que difere dos processos conversivos histéricos. Particularmente nas psicossomatoses, sob o aporte teórico-clínico das obras de Marty e M'Uzan, descreve-se uma dissociação entre psique e soma que resulta numa formação assimbólica (Green, 1975a). Esta formação ocorre mediante a neutralização da energia libidinal que permanece puramente somática, colocando em perigo a vida do paciente ao alojar-se num organismo que não pode ser considerado um corpo libidinal como acontece na conversão:

“O ego defende-se de uma possível desintegração em um confronto fantasiado que poderia destruir tanto o próprio ego como o objeto, mediante uma exclusão que se assemelha a uma atuação-fora, mas que agora está dirigida para o ego corporal não-libidinal” (Green, 1975a:45).

Roussillon (1999), a seu modo, defende a hipótese de que a afecção somática pode indicar a tentativa de ligação do estado traumático clivado através do corpo uma vez que a psique não consegue fazê-lo por seus próprios recursos. O corpo seria então dessa forma sacrificado em prol do que ameaça retornar à psique. Por outro lado, a somatização pode ser também um meio de restabelecimento de vínculos objetivos se, frente ao sofrimento somático que se apresenta, os objetos se sensibilizem e se disponibilizem no sentido de firmarem contratos narcísicos apaziguadores.

A expulsão via ação, diferentemente da exclusão somática, apresenta-se em ato efetivamente. São as atuações motoras propriamente discutidas por Roussillon (1991) a propósito principalmente do ato-descarga ou sem tela, do ato-signo ou em busca de tela e ainda do ato-tela. Decerto esse mecanismo de expulsão via ação deriva de um curto-circuito psíquico, sendo o seu único objetivo o de promover a expulsão. Isto o distingue, portanto, da ação específica almejada na finalidade da pulsão que visa transformar a realidade. Além disso, o objetivo da expulsão via ação é igualmente diverso da comunicação apresentada em *actings-out* já submetidos ao recalque nos quais a realidade psíquica é evitada (Green, 1975a). Na expulsão via ação identifica-se na verdade uma cegueira psíquica, fenômeno no qual o paciente se eclipsa das fontes somáticas de seus impulsos ou de suas atuações via ação, sem que entre em contato com processos intermediários de elaboração (Green, 1975a).

A cegueira psíquica diz respeito à localização das causas de um sofrimento psíquico fora da vida anímica, seja no corpo ou no mundo externo, sem qualquer auto-questionamento que convide à responsabilização ou ao engajamento frente às causas ou conseqüências das atuações (Green, 1975a). Por isso mesmo alguns autores contextualizam estas situações sob o termo *patologia do ato*, sendo as compulsões um representante da maneira como se manifestam na atualidade (Gondar, 2001). Diferentemente das idéias ou atos compulsivos apresentados pelo neurótico obsessivo, as compulsões nessas patologias obedecem ao imperativo

pulsional, predominantemente da pulsão de morte, seguindo pelo caminho mais curto para obter satisfação. Por isso as atuações nesses casos não podem ser consideradas formações de compromisso resultantes das operações de recalque como se consideraria nos *actings-out*:

Difícilmente poderíamos pensar que o ato compulsivo de beber ou drogar-se, por exemplo, estaria representando um sujeito, ou dizendo algo sobre um desejo inconsciente. Esses sintomas não se produzem a partir de uma operação de recalque, ou melhor, não consistem num retorno do recalque; eles se formam por um caminho mais curto, no qual uma satisfação pulsional, com forte tonalidade destrutiva, se exerce mais diretamente (Gondar, 2001:30-1).

Diante então da realidade psíquica eclipsada que caracteriza as organizações defensivas dos casos-limite, tanto as somatizações quanto as atuações são superinvestidas. Green (1977a) ressalta que mesmo as fantasias e sonhos que se expressam como produtos desses mecanismos de curto-circuito psíquico desempenham a função de ação, de evacuação, numa referência a Bion (1962a), e não a expressão de satisfação de um desejo:

Como Bion (1962a) apontou, a ‘barreira do sonho’ é uma importante função do aparelho psíquico. Parece que nos casos fronteiros, muito embora a barreira do sonho seja eficaz, o propósito do sonho não é a elaboração de derivativos do instinto, mas, antes, a descarga do aparelho psíquico de estímulos dolorosos ou, na expressão de Bion, do ‘acrécimo’. Os sonhos de pacientes fronteiros não são caracterizados pela condensação mas pela concretização (Green, 1977a:86).

Difícilmente, portanto, tem lugar a atividade interpretativa do analista na clínica com os casos-limite frente às suas organizações defensivas que tendem à exclusão somática ou à expulsão via ação. Essas defesas expressam a cegueira que resulta do curto-circuito psíquico e, pensar a respeito delas como convida a fazer a interpretação analítica numa análise edipiana-genital-superegógica (cf. Bergeret, 1974a), é uma tarefa terminantemente evitada por esses pacientes que, em geral, não toleram a suspensão da experiência. Na verdade, para os casos-limite, a experiência não pode ser interrompida em razão de acreditarem que, sem ela, nenhuma criação ou conhecimento pode emergir: “A suspensão é equiparada com a inércia” (Green, 1977a:88).

Além disso, a suspensão da ação denota para os casos-limite a impressão de que se encontram passivos em relação ao objeto percebido como mau, isto é à

mercê de seus caprichos (Green, 1977a). Embora a impressão de passividade frente ao objeto possa ser superada, ou até mesmo suportada em certos contratos narcísicos secundários, o retorno do estado traumático primário que foi clivado ameaça sempre a psique tão logo se anuncie um estado de falta do objeto apaziguador (Roussillon, 1999). Explica-se também nesse sentido os limites da analisabilidade experimentados com esses pacientes particularmente na relação transferencial em função do risco que representa para eles o estabelecimento de uma relação que pode começar e nunca terminar ou parar de repente, sendo este um modo de conservar o analista de preferência a ficar sem ele (cf. André, 2002a).

Além da exclusão somática e da expulsão via ação, há o mecanismo de defesa denominado por Green (1975a, 1977a) de desinvestimento ou depressão primária, um mecanismo radical que tende a um estado de vacuidade, aspirando ao não-ser e à nulidade. Muito provavelmente esse mecanismo também pode ser associado à neutralização energética apontada por Roussillon (1999) como uma tentativa de ligação primária não simbólica para fazer face à ameaça de retorno do estado traumático primário agonístico. Levado às últimas conseqüências, o desinvestimento acarreta a indiferença, o sentimento de inexistência e de irrealidade de si mesmo e dos objetos. Em função desse mecanismo, a energia psíquica reduz-se de tal modo que não serve nem mesmo a um egoísmo, demarcando o desinteresse em si mesmo e pelos objetos. Diferentemente de uma depressão secundária na qual um luto poderia ser identificado como estando em curso, com objetivos de reparação, o desinvestimento ou depressão primária, afirma Green (1977a:85): “gera estados da mente em branco sem quaisquer componentes afetivos, dor ou sofrimento.”

Não por acaso Roussillon refere-se à neutralização energética como uma defesa que se assemelha a uma depressão fria:

No processo de neutralização energética simples, que é certamente aparentado às formas de depressão ‘fria’, quer dizer sem o cortejo de afetos depressivos, o que é uma diferença clínica notável, tudo se parece passar como se a psique, confrontada com o fracasso de suas tentativas para integrar a experiência traumática, a colocasse de lado esperando que um objeto (...) viesse, em nome do amor ou em virtude de uma forma de contrato narcísico extremo, reencontrar e vivificar ou reaquecer a parte da qual o sujeito teve que se clivar (Roussillon, 1999:26-7; minha tradução).

De fato o desinvestimento ou depressão primária proposto por Green ou a neutralização energética defendida por Roussillon indicam um caminho importante para discutir a depressão nos casos-limite. Este caminho é possível pela via da psicanálise desde que se considere a depressão nesses casos diferentemente da depressão enquanto quadro clínico psiquiatrizado como tende a prevalecer no discurso social atual.

De qualquer maneira, transitando entre a normalidade social e a regressão fusional, a patologia dos casos-limite se apresenta cruamente através de processos intra-psíquicos e intersubjetivos. O excesso de clivagens e desinvestimentos concomitantemente à presença maciça do objeto impede a constituição dos limites psíquicos como territórios transicionais, potenciais ou de ausência, o que requer o processo de diferenciação eu/não-eu e, por conseguinte, também os processos de simbolização. A constituição das fronteiras psíquicas mostra-se, portanto prejudicada nesses casos e, por conseguinte, prevalece a dupla angústia, de intrusão e de abandono, atrelada às dificuldades de diferenciação do objeto e um espaço psíquico rígido em relação ao desfrute possível da função dos objetos e fenômenos transicionais.

4.3 – Uma teoria sobre o pensamento e o trabalho do negativo

A construção teórica sobre os casos-limite estrutura-se principalmente em torno do eixo do que Green (1993a) convencionou denominar *trabalho do negativo*. Segundo Garcia (2007), é justamente a ação do trabalho do negativo tal como postulado por Green, em articulação às vicissitudes do objeto, que determina a constituição dos limites psíquicos e uma teoria sobre o pensamento. Por isso, na medida em que fracassa, seus efeitos reverberam em transtornos na constituição desses limites e no pensar, evidenciando-se então nos limites da analisabilidade com que se depara principalmente na clínica com os casos-limite. Nesse sentido, portanto, a autora endossa a tese greeniana quanto à relevância do trabalho do negativo para uma melhor compreensão desses casos, sobretudo no que tange à constituição e organização do espaço psíquico desses pacientes e aos processos de simbolização que esse espaço favorece (Garcia, 2007).

Na obra freudiana, uma teoria do pensamento é menos evidente do que as discussões sobre as pulsões, o inconsciente, o recalçamento ou a sexualidade infantil, mas certamente encontra-se presente (Green, 2002). Com efeito, tudo o

que se passa no campo psíquico a propósito dos processos de simbolização que metabolizam as relações consigo mesmo e com o outro diz respeito a uma teoria sobre o pensamento. Nesse sentido, encontra-se no texto freudiano discussões que evocam diretamente a questão da simbolização atribuída ao pensamento, sejam elas discussões sobre a interação entre percepções e representações (Freud, 1895a), sobre a transição do processo psíquico primário ao secundário ou sobre a articulação entre o princípio de prazer/princípio de realidade (Freud, 1911). Do mesmo modo também compõem uma teoria sobre o pensamento a idéia de que existem funções de julgamento, de atribuição e de existência, decidindo e sustentando o estabelecimento dos espaços psíquicos (Freud, 1925).

Além de Freud e, particularmente, Lacan, com o papel fundamental que ocupam a linguagem e a palavra no seu arcabouço teórico, é Bion que, a partir da experiência clínica com a psicose, desenvolve explicitamente uma teoria sobre o pensamento (Green, 2002). Bion (1962b) apresenta, com efeito, uma teoria original sobre o desenvolvimento da capacidade de pensar segundo a qual os pensamentos pré-existem ao pensar e, além disso, necessitam de um aparelho para pensá-los:

O primeiro desenvolvimento é o dos pensamentos. Estes requerem um aparelho que deles se encarregue. O segundo desenvolvimento, conseqüentemente, é o desenvolvimento do aparelho que provisoriamente chamarei de atividade ou faculdade de pensar. Repetindo: o pensar passa a existir para dar conta dos pensamentos. Cumpre notar que isso difere de qualquer teoria do pensamento como produto do pensar, na medida em que se considera o pensar um desenvolvimento imposto à psique pela pressão dos pensamentos e não o contrário (Bion, 1962b:128).

Concentrando-se então sobre uma teoria do pensamento cujo pilar é o desenvolvimento dos pensamentos e do pensar, Bion ressalta a importância fundamental para esse processo da função continente do objeto, desconhecida da consciência na normalidade. A continência é exercida pela capacidade de *rêverie* materna no desempenho da função alfa, um dos processos mais primitivos através do qual as sensações experimentadas pelo bebê em relação a si mesmo, impressões ainda brutas, inicialmente indistinguíveis enquanto conscientes ou inconscientes, são recebidos pela mãe e transformados em elementos alfa (Bion, 1962b). Este material é então mais adequado ao uso pelo bebê na forma de pensamentos oníricos, sonhos e mitos. A função alfa opera dessa maneira uma

função continente para o bebê imerso em impressões brutas capacitando-o para a distinção de uma consciência acerca de si mesmo e conseqüentemente para fazer uso de seus dados sensoriais, e, justamente por isso, favorecendo os primórdios de uma distinção eu/não-eu.

Green (1982a) valoriza enormemente o esforço e rigor teórico de Bion a respeito de uma teoria do pensamento assim como outras contribuições que derivam dos trabalhos de Melanie Klein e Winnicott. Contudo, acredita que alguns elementos como o limite, a representação, a ligação/desligamento e a abstração não ocupam um lugar de destaque nessas teorizações sobre o pensamento como deveriam. A sua proposta é discutir então a importância desses elementos na construção do que denomina enfim de uma teoria sobre o pensamento. Nessa perspectiva, o primeiro desses elementos, o limite, remonta à concepção do próprio limite como um conceito, abarcando tanto suas dimensões espaço-temporais quanto as divisões que se colocam duplamente, intra-psíquica e intersubjetivamente, aspecto do qual resulta a expressão *duplo-limite*.

No que diz respeito à representação, trata-se do elemento dominante da teoria psicanalítica, na opinião de Green (1982a). A representação engloba minimamente os campos da representação de coisa e da representação de palavra e compreende tanto o movimento de abstração que segue de uma a outra quanto o movimento regressivo no qual as palavras são tratadas como coisas. A referência à representação no trabalho analítico ocupa igualmente um lugar essencial e facilitá-la deve ser mesmo uma função da análise:

Quaisquer que sejam as modalidades de arranjos do enquadre analítico, é afinal de contas à representação dos processos psíquicos, intra-subjetivos e intersubjetivos, que visa o essencial da ação psicanalítica... Eu sugeriria mesmo que os arranjos do enquadre não têm outra função além da facilitação da função de representação... Para que tenha *insight*, é necessário primeiro que tenha o representável (Green, 1982a:269; minha tradução).

De fato, a impossibilidade de construir representações ou o sentimento de não conseguir dar uma forma representável a certos estados afetivos agonísticos provocam a paralisia do pensamento. Nessa conjuntura, os processos de ligação/desligamento que igualmente se constituem em elementos para uma teoria sobre o pensamento têm como finalidade mais ampla a construção do pensar (Green, 1982a). Direcionado pelo trabalho dialético das pulsões de vida e de

morte, o ligar constrói as representações e o re-ligar, pautado num desligar prévio, constitui o pensar. Nesse sentido, tanto as representações que resultam da ligação entre representação de coisa e representação de palavra quanto o pensar indicam já uma formalização do pensamento, ou seja, formas sofisticadas das ligações/desligamentos.

Finalmente, tem-se a abstração, o elemento que manifesta mais especificamente o pensamento, pois consiste na forma subjetiva mais purificada de derivados pulsionais e de cargas afetivas (Green, 1982a). Esse poder que a abstração expressa testemunha a eficácia do pensamento e a conquista da racionalidade. Na verdade, a abstração reflete a estrutura paradoxal do pensamento:

“(...) o pensamento deve obedecer à dupla tarefa de se afastar suficientemente dos derivados pulsionais dos quais nasce sem cessar de manter contato com suas raízes afetivas que lhe dão seu peso de verdade. Existe aí uma estrutura paradoxal do pensamento em psicanálise da qual não se pode descuidar” (Green, 1982a:271; minha tradução).

O caráter paradoxal do pensamento poderia pressupor operações contínuas que promovessem o movimento dos representantes das pulsões em direção à abstração (Green, 1982a). Todavia, esse processo se explica, diferentemente, por força das rupturas empreendidas pelas diferentes operações que compõem o trabalho do negativo, o que indica, portanto, que há uma descontinuidade no processo de estruturação do pensamento e, portanto, igualmente no processo de constituição psíquica.

Garcia (2009) discute a questão da continuidade e ruptura no processo de constituição psíquica contrapondo o referencial winnicottiano ao greeniano. Atribuindo a Winnicott a continuidade como postulado fundamental, a autora lembra como neste referencial não é necessariamente clara a distinção entre subjetivo/objetivo em função do paradoxo que congrega tanto a realidade interna quanto externa, diferenciando ambas as realidades, sem, no entanto, jamais fazê-lo por completo. A transicionalidade fundada sobre o paradoxo que congrega a indecidibilidade interno/externo evidencia perfeitamente a continuidade na perspectiva winnicottiana defendida pela autora. Contrastando com a posição de Winnicott, Garcia aponta que o arcabouço teórico construído por Green sobre a constituição dos limites psíquicos se sustenta, na sua formalização máxima, sobre

o trabalho do negativo. A ação do negativo consiste basicamente em diferentes maneiras de constituir limites ou de estabelecer barreiras, isto é, de dizer *não*, determinando operações de ruptura responsáveis em última instância pelo apagamento do objeto primário como condição necessária para a constituição do duplo-limite e para a capacidade de pensar. Embora esse contraponto entre continuidade e ruptura pautados nos referenciais de Winnicott e de Green os faça parecerem autores com concepções teórico-clínicas por demais dispares, isto não se confirma na medida em que ambos prezam a dimensão do paradoxo (Garcia, 2009). De fato, o caráter paradoxal da estrutura do pensamento defendida pelo próprio Green (1982a) demarca bem a direção do autor nesse sentido, embora muitas vezes isto não fique tão nítido como o parece ser no referencial winnicottiano.

O vocábulo *negativo* é fortemente polissêmico e, dentre as acepções possíveis, encontra-se as seguintes idéias: a) oposição ativa, na qual cada termo, positivo e negativo, busca suplantar o outro (sim ou não); b) oposição apenas simétrica, na qual ambos os termos são intercambiáveis, relacionando-se entre si sem um contexto de luta (sim e não); c) uma ausência latente, ou seja, algo que mantém sua existência potencial mesmo que não seja mais perceptível, como o conteúdo recaiado; d) nada, o que se refere ao que já foi e não é mais ou ao que jamais chegou a ser (Green, 1993c:31-2). Concomitantemente, o uso do negativo comporta também a idéia de um *trabalho* no sentido de que processos de transformação estão em curso no psiquismo (Green, 2002). Desse modo, o trabalho do negativo em psicanálise abrange o conjunto das operações psíquicas que exercem uma função de negativização tais como a excorporação, o recalçamento, a alucinação negativa, a clivagem e a negativa (Green, 2002). Para além de uma defesa psíquica, essas operações encontram-se diretamente articuladas a uma tomada de decisão ou a um julgamento ao fim do qual uma resposta, afirmativa ou negativa, será formulada, o que não ocorre em outros mecanismos de defesa como o retorno sobre si, a inversão no contrário ou a sublimação.

Os julgamentos de afirmação/negação envolvidos no trabalho do negativo encontram-se associados à atividade correspondente ao dualismo pulsional desenhando duas linhas de ação: afirmação/ligação/pulsão de vida (Eros) e negação/desligamento/pulsão de morte, séries diferenciadas que, no entanto, não

necessariamente implicam no sentido de que a afirmação é sempre positiva ou de que a negação é sempre negativa (Green, 2002). No que se refere especificamente à constituição do duplo-limite, os mecanismos negativizadores, embora acionados pelo desligamento da pulsão de morte, são essencialmente positivos, pois comportam uma nova ligação acionada pela pulsão de vida. Justamente o movimento entre afirmação/ligação e negação/desligamento permite o apagamento do objeto primário e sua internalização como estrutura psíquica possibilitando o desenho de um espaço psíquico pessoal capaz de comportar as produções subjetivas dentre as quais se situam os processos de simbolização.

Inspirado sobretudo no artigo *A negativa* (Freud, 1925), Green (1986b, 1988b) retraça o mito da origem pautado no trabalho do negativo postulando que a excorporação é a manifestação inaugural desse trabalho que leva à constituição dos primeiros limites psíquicos. Esse é um momento aquém da linguagem em que um *não* se expressa no nível das moções pulsionais orais e a seguinte questão é colocada: *me agradaria engolir ou cuspir?* Um julgamento inicial de atribuição então é feito por um eu-prazer originário que, em função do que é agradável ou desagradável, atrelado respectivamente ao que proporciona prazer ou desprazer, integra a si o que é bom, isto é *engole*, diz *sim*, e ejeta o que é mau, isto é, *cospe*, diz *não*.

Certamente a excorporação corresponde a uma ilusão do ponto de vista dos primórdios da psique, uma vez que ocorre no momento de dependência absoluta do bebê em relação ao ambiente, dentro do universo do objeto subjetivo, quando não é ainda possível empreender uma ação direta na externalidade para desembaraçar-se do que parece desagradável (Green, 1986b). De todo modo, o movimento de expulsão do que é desprazeroso assegura os primórdios de uma diferenciação eu/não-eu ao instaurar um espaço interno no qual o eu pode nascer como organização mais complexa: “Para poder dizer sim a si mesmo, é preciso poder dizer não ao objeto” (Green, 1986b:292).

Quanto à externalidade, é importante notar que o julgamento de atribuição determinante do movimento de cuspir ou vomitar/excorporar implica apenas no reconhecimento de um espaço externo para onde se destinam os produtos da excorporação, pois não existe ainda a concepção do objeto percebido objetivamente como não-eu que poderia recebê-los. Todavia, o objeto está lá, mesmo que, nesse momento inicial, ainda não seja percebido como tal, pois de

fato, como afirma Green (1986b:293; grifos meus): “o que é agradável ou desagradável para o eu se fundamenta naquilo que é agradável ou não agradável *pelo objeto*.”

Sendo assim, o limite originário marcado a partir da operação inaugural do juízo de atribuição articula-se ao prazeroso/desprazeroso do material ejetado ao mesmo tempo em que constitui um dentro/fora. Segundo Freud (1925), em seguida ao juízo de atribuição, outra operação faz-se necessária no nível do julgamento de existência no qual o eu-realidade definitiva deve decidir se a divisão interno/externo coincide com a diferença objetivo/ subjetivo:

A outra espécie de decisão tomada pela função de julgamento – quanto à existência real de algo de que existe uma representação (teste de realidade) – é um interesse do ego-realidade definitivo, que se desenvolve a partir do ego-prazer inicial. Agora não se trata mais de uma questão de saber se aquilo que foi percebido (uma coisa) será ou não integrado ao ego, mas uma questão de saber se algo que está no ego como representação pode ser redescoberto também na percepção (realidade) (Freud, 1925:267).

O juízo de existência implica então em julgar a correspondência entre o que é percebido internamente e o que se encontra externamente. Trata-se aqui basicamente do teste de realidade com o qual a humanidade tem que se a ver no intuito de equiparar a realidade do mundo externo e real com a realidade psíquica (Freud, 1911). Todavia, o julgamento de existência indica um trabalho ativo do pensamento já em curso, pressupondo não apenas a representação como um componente da psique como também o fato de que ela estará a postos para o trabalho de re-encontro do objeto na externalidade, momento em que é assegurada a realidade que a autoriza (Green, 1982a). É esse re-encontro que viabiliza a descarga mobilizadora da satisfação. Ora, outros processos precisam então ocorrer antes do juízo de existência vigorar, pelo menos no que diz respeito à constituição dos limites intra-psíquicos e das representações. Isto corresponde, em termos de trabalho do negativo, respectivamente ao recalque e à alucinação negativa.

O recalque então, outra operação do trabalho do negativo, vai se mostrar necessário uma vez que a excorporação do deprazeroso não impede o retorno das primeiras impressões sob a forma de experiência dolorosa (Green, 1982a). O recalque é colocado então em movimento pelo eu ainda incipiente constituindo as primeiras fronteiras intra-psíquicas. Institui-se desse modo uma

operação que se repete ao longo da existência psíquica uma vez que “o eu é obrigado a retomar periodicamente por sua conta o trabalho do negativo que antes dependia apenas de moções pulsionais” (Green, 1986b:292).

A alucinação negativa, por sua vez, caracteriza-se como “a não-percepção de um objeto ou de um fenômeno psíquico perceptível. Trata-se então de um fenômeno de apagamento daquilo que deveria ser percebido” (Green, 2002:267). A importância desse mecanismo deve-se justamente à promoção do trabalho do negativo estruturante do continente psíquico e do espaço necessário para o encadeamento dos pensamentos, ou seja, a instauração do campo psíquico e do vazio impulsionador das ligações que constituirão as representações e as abstrações do pensar. Aqui está em jogo a instauração na psique do espaçamento necessário a todo processo de pensamento e de linguagem, ou, dito de outro modo, da possibilidade da emergência do branco necessário à cadeia do pensamento que, na verdade, se estabelece na descontinuidade:

“Ela [a alucinação negativa] não é a ausência de representação, como sugere a ausência de imagem no espelho, mas *representação da ausência de representação*. A alucinação negativa é o conceito teórico que é a pré-condição a toda teoria da representação, se trate do sonho ou da alucinação” (Green, 1977b:297; grifos do autor).

Longe então de ser um fenômeno patológico, a alucinação negativa consiste em uma experiência perceptiva que perpassa tanto a normalidade quanto a patologia, configurando-se afinal numa matriz comum para ambas estas perspectivas (Green, 1977b). Na psicose, no entanto, o branco produzido pela alucinação negativa se materializa diretamente no branco ou vazio do pensamento a que a atividade delirante rapidamente vem preencher. De outro modo, na neurose, ocorre uma dupla negativização, a primeira que permite abrigar os pensamentos e a segunda que permite o pensar abstratamente (Green, 1977b) ou ainda que permite a percepção dos próprios processos de pensar (Green, 2002).

Segundo Green (2002), a atuação mais fértil da alucinação negativa na normalidade relaciona-se à função enquadrante dos cuidados ambientais primários:

“Uma das aplicações das mais fecundas do conceito de alucinação negativa, que não se aplica à psicopatologia, mas é parte integrante da

normalidade, é de conceber a situação descrita por Winnicott do *holding*, como estrutura continente, cuja memória permanecerá quando a percepção da mãe não estiver mais disponível, pelo fato de estar ausente” (Green, 2002:270).

Essa primeira negativização que ocorre em relação ao entorno ambiental é primordial para a constituição do continente psíquico capaz de abrigar os pensamentos. Em seguida, o continente enquadrante proporcionado pelo ambiente assim internalizado poderá abrigar uma nova negativização, qual seja, o apagamento da representação do objeto primário (Green, 1982a). Esta, no entanto, só é possível na medida em que o objeto é representado na psique não mais se confundido com o eu-prazer originário como o era durante a indiferenciação mãe-bebê, antes de iniciado o trabalho do negativo.

Mas por que uma vez representado o objeto primário, faz-se então novamente necessária a alucinação negativa? A resposta para esta questão indica ainda um outro movimento da alucinação negativa:

A hipótese que eu faço é que entre o jogo de representação e o nascimento de um pensamento propriamente dito deve-se instituir uma alucinação negativa da representação do objeto (a mãe ou o seio) para que advenha não apenas uma representação mais ou menos realista, como sustenta Freud, mas uma representação das relações no seio de uma representação e entre diversas representações (Green, 1982a:277; minha tradução).

A suposição de Green quanto à necessidade de uma nova alucinação negativa da representação do objeto é justificada na nota de rodapé que se segue a esta citação na qual o autor se remete à idéia sempre defendida por Freud de que existe uma atividade de pensamento inconsciente trabalhando paralelamente à atividade perceptiva:

“Daí a idéia, que Freud sempre defendeu, de um pensamento inconsciente que trabalha à distância dos restos perceptivos originários. Parece-me que o afastamento não basta para criar as condições deste trabalho, mas que é necessário postular um apagamento da representação” (Green, 1982a:277; minha tradução).

O apagamento da representação é levado a termo pelo trabalho de negativização empreendido então novamente pela alucinação negativa. Esse é o passo derradeiro necessário para o pensar inconsciente. A alucinação negativa abrange portanto a realidade externa tanto quanto a interna (Green, 2002).

Externamente, uma percepção é negativizada, como evidencia a situação de não percepção do ambiente que desempenha de modo suficientemente bom os seus cuidados continentais, e passa em seguida à estruturação continente do espaço psíquico. Posteriormente, a alucinação negativa se manifesta no apagamento do objeto primário e na sua subsequente representação na psique. Por outro lado, internamente, a alucinação negativa atua ainda sobre essa representação, configurando uma ausência de representação que é finalmente representada, daí a idéia defendida por Green (1977b:297) da alucinação negativa como a “representação da ausência de representação”. Esta forma final da alucinação negativa constitui a ausência ou o branco necessário aos processos de simbolização que perpassam a construção/reconstrução de representações em curso consciente ou inconscientemente.

Em conjunto com a excorporação e o recalque, a alucinação negativa compõe as operações do trabalho do negativo que constituem os limites psíquicos e que organizam a possibilidade de pensar os pensamentos. Nessa direção teórica, o objeto primário é de fundamental importância em relação às provisões que proporciona às necessidades do bebê (Green, 1986b). Desempenhando seu papel num contexto de cuidados suficientemente bom, o objeto não é percebido e o bebê pode continuar experimentando a ilusão na qual cria/encontra o objeto subjetivo. Nesse momento ainda de indiferenciação primária, berço do eu-ideal onipotente, são as aceitações e recusas do objeto proporcionadas num tempo adequado que estabelecem as condições de julgamento de atribuição para o eu ainda incipiente em termos de prazer/desprazer.

Na verdade, as funções que desempenha o objeto primário se estendem para além das provisões com que atende as necessidades do bebê, sendo estas sempre parciais e temporárias (Green, 2002). Dentre estas funções, inclui-se a de investir o bebê assim como de refletir para ele o seu investimento sobre o objeto, de despertar e de enquadrar a atividade pulsional e, igualmente, a função de estar presente/ausente e desse modo estabelecer modalidades de união/separação que abrem à construção de representações e ao pensar. As demais funções do objeto destinam-se, grosso modo, a sustentar a experiência de ilusão, a atrair o movimento do bebê em sua direção e a se deixar enfim substituir por outro objeto.

A presença suficientemente boa do objeto primário no entorno do bebê comporta os tempos da presença/ausência, da satisfação/privação, que qualificam

a harmonia rítmico-espacial primária facilitadora para que o bebê exerça o mecanismo de excorporação do que percebe como desagradável ou mau (cf. Roussillon, 1991). Paulatinamente, este processo inaugura uma descontinuidade dentro/fora. Contudo, o mau externalizado continua a exercer pressão indicando a força da ausência, da privação, dos limites, que serão aos poucos elaborados na construção do princípio de realidade e articulados ao princípio de prazer. Conseqüentemente, uma divisão interna provocada pelo recalque originário demarca uma nova descontinuidade, agora entre o eu e o isso (Green, 1977a).

Espera-se em contrapartida que, através da alucinação negativa, se consolide internamente o objeto bom, ou seja, aquele objeto presente no entorno do bebê cujos cuidados suficientemente bons tornam-no uma ausência em presença (Green, 1982a). Através desta operação, o objeto bom mantém-se internamente como um continente do eu, ou, dito de outro modo, como estrutura enquadrante da psique constituinte do espaço necessário de ausência. Isto capacita o eu para empreender ligações e para evocar o objeto ausente da percepção em pensamento. Os mecanismos internos que passam então a ter lugar na psique, primordialmente referidos à realização alucinatória da experiência de satisfação, operam uma continuidade em substituição à descontinuidade original ocasionada pelo movimento expulsivo da excorporação e assim possibilitam à psique o prazo, a espera ou o adiamento, condizentes com o processo psíquico secundário. É claro que o eu da realidade definitiva ainda não está em vigor, mas certamente ele se encontra a meio caminho uma vez que já está colocada em prática a capacidade de formar representações com certa eficácia e durabilidade.

O trabalho do negativo nas suas diferentes manifestações viabiliza enfim o obrigatório apagamento do objeto primário e a conseqüente constituição do duplo limite que abarca tanto o plano intersubjetivo quanto o intra-psíquico:

“(...) eu diria... que o objeto absolutamente necessário à elaboração da estrutura psíquica, deve se apagar. Ele deve se fazer esquecer como constituinte da estrutura psíquica; ele existe sob a forma da ilusão de que não é constitutivo da estrutura psíquica, mas se apresenta diferente desta, como objeto de atração ou de repulsa” (Green, 1988b:301).

Então o apagamento do objeto primário é a condição *sine et qua non* para que se construa um espaço psíquico pessoal capaz de assegurar os processos de simbolização. Decerto, do ponto de vista do bebê que experimenta a ilusão

durante a dependência absoluta, o objeto não desempenha nenhum papel fundamental na constituição da sua subjetividade porque nem mesmo o percebe como objeto. Todavia, do lado do objeto, a suficiência na sua maneira de estar presente inclui naturalmente a satisfação e, portanto, o prazer e o incentivo à atração, e, na mesma medida, a falha, o erro e daí o desprazer e um motivo para a repulsa do bebê para com o que percebe como desagradável. Isto significa que o objeto suficientemente bom o é justamente porque satisfaz e também falha de uma maneira natural, suportável, que se mantém no tempo $x + y$, sem avançar para o tempo do trauma, $x + y + z$ (Winnicott, 1967a; Roussillon, 1999).

Na conjuntura das relações primárias, Green (1988b:301; grifos do autor) é enfático quanto ao paradoxo intrínseco ao papel que desempenha o objeto suficientemente bom no que diz respeito à atividade pulsional: “*o objeto está lá para estimular, para despertar a pulsão e, ao mesmo tempo, para contê-la*”. Desempenhando então uma função paradoxal de estímulo/contenção da atividade pulsional e, além disso, perpassando necessariamente a falha, o erro, a inadequação, o objeto suficientemente bom é o ponto de partida para incentivar investimento/ligação/atração ao que é percebido como prazeroso ou o desinvestimento/desligamento/repulsa ao desprazeroso.

Concomitantemente ao incentivo à atividade pulsional, o objeto deve também conter a pulsão, tarefa na qual só pode prosseguir se respeitadas as seguintes condições:

- que o objeto continue a se ocupar do Eu da criança, descarregando-a do excessivamente desagradável;
- que o objeto substitua o espaço indiferenciado para recolher o que era designado anteriormente como excorporação e que agora merece o nome de projeção, consentindo em ser vivido como mau e, ao mesmo tempo, jogando na transformação dessas projeções e em sua restituição à criança. (A mãe não acredita mais na maldade do bebê do que na sua.) (Green, 1986b:292).

Ou seja, inicialmente o objeto dispensa cuidados em relação ao bebê por um certo tempo que recobre a indiferenciação primária durante a qual desperta a atividade pulsional. Suficientemente bons, esses cuidados sustentam para o bebê uma continuidade para as primeiras rupturas empreendidas pelo trabalho do negativo de excorporação do que é percebido como desprazeroso. Mantendo-se nesse lugar, ou seja, suportando a excorporação do bebê, o objeto facilita ao bebê

iniciar-se no trabalho do negativo que irá afinal apagá-lo e introjetá-lo como estrutura constituinte da psique, dos pensamentos e do próprio pensar. De fato, isto favorece diferentes processos subjetivos, dentre os quais os fenômenos transicionais e mesmo as vicissitudes da agressividade (Garcia e Damous, 2008). O objeto que exerce sua função de modo suficientemente bom constitui assim de maneira fluida uma ausência que é presença potencial, pois permite o seu apagamento e a sua subsequente transformação em estrutura psíquica. Figueiredo e Cintra (2004) sinalizam o duplo movimento de negação que constitui esse processo e seus resultados:

“É negado ‘para dentro’, sendo esquecido e convertendo-se em estrutura psíquica, em uma espécie de vazío interno, base da vida desejante e dos processos de procura e conhecimento; é negado ‘para fora’, deixando-se perder e distanciar-se para reaparecer como objetos da atração e da repulsão” (Figueiredo e Cintra, 2004:18).

Assim, para que o objeto primário seja estruturante do espaço de ausência na psique, ele precisa antes se deixar esquecer, ou seja, precisa se deixar apagar ou negar, para que então possa ser absorvido como ausência em estrutura. Esta manobra constitutiva dos limites psíquicos requer, portanto, não apenas a justa presença do objeto como também, e inevitavelmente, a ação do trabalho do negativo, como bem demarca Garcia (2009:84):

“Estas diferentes formas de dizer não, função *princeps* do trabalho do negativo, são cruciais na delimitação dos espaços psíquicos, mas é principalmente na sua inflexão sobre o objeto primário que o trabalho do negativo adquire toda sua enorme importância para a construção dos limites externo/interno”.

É então o apagamento do objeto primário que congrega finalmente toda a importância do trabalho do negativo para a construção não apenas de um aparelho psíquico, mas igualmente de que este seja capaz de pensar os pensamentos, numa alusão ao referencial bioniano.

4.4 – Do trabalho do negativo patológico aos transtornos do pensamento

Na medida em que fracassa o trabalho do negativo na tarefa de apagamento do objeto primário, ficam seriamente comprometidos a constituição

dos limites eu-objeto que favoreceriam uma configuração narcísica mais ou menos delimitada, assim como também a constituição dos limites intra-psíquicos que capacitariam a simbolização e, conseqüentemente, o domínio interno da atividade pulsional. Nessa conjuntura, as vicissitudes do objeto se complicam, permanecendo aprisionadas na analidade primária (Green, 1993b) e, em contrapartida, impingindo ao sujeito o estabelecimento de contratos narcísicos ou ligações primárias não simbólicas (Roussillon, 1999). Em termos greenianos, na medida em o trabalho do negativo se estabelece de maneira patológica, não se constitui o duplo limite adequadamente, o que faz com que as clivagens tendam a assumir a cena psíquica em detrimento do recalque, operando paralelamente ao mecanismo de desinvestimento radical ou depressão primária, levada a cabo pela prevalência da pulsão de morte no exercício de sua função desobjetalizante (Green, 1986c). Clinicamente, os pacientes se manifestam então sobretudo agressivamente e através de atuações, o que se faz acompanhar dos ataques ao enquadre, das dificuldades na esfera da transferência, em seguir a regra fundamental da análise e em aceitar as interpretações, além da reação terapêutica negativa, produtos basicamente de transtornos no pensamento como decorrência do fracasso do trabalho do negativo.

A dificuldade de apagamento do objeto primário no percurso do trabalho do negativo perpetua um aprisionamento na dialética expulsiva correspondente às primeiras manifestações do negativo (Green, 1986b, 1988b). O princípio do prazer-desprazer que orienta a lógica do processo psíquico primário, experimentado pelo eu como o que é agradável ou desagradável, não encontra respaldo em experiências prazerosas ou desprazerosas com o objeto insuficientemente bom. Excessivo para a psique infantil, por intrusão ou inacessibilidade, o objeto interfere no juízo de atribuição que está nas bases do trabalho do negativo de excorporação, não podendo por isso ser submetido à operação de apagamento levada a termo pela alucinação negativa estruturante do espaço psíquico. Desse modo, torna-se impossível dizer não para o que é mau ou desprazeroso, ou sim para o que é prazeroso, o que deixa as quantidades de tensão tão invasivas como extravasantes e sem possibilidade de atribuição qualitativa. Nem engolir, nem cuspir, ambos os aspectos coexistem de modo paradoxalmente patológico no fracasso do trabalho do negativo sem que uma distinção ou separação seja possível (Green, 1988b). Adentra-se então no contexto da

analidade primária (Green, 1993b) segundo a qual o objeto eterniza-se entalado como um eixo interno a forjar um narcisismo constituindo o que Figueiredo e Cintra (2004:43) propõem chamar de “objeto obstipante”.

Certamente a analidade primária é uma questão a ser discutida no universo dos casos-limite, pois tange justamente aos transtornos nos limites do eu, aos envelopamentos caóticos e precários que determinam o meio caminho entre o eu e o não-eu e assim as dificuldades de configuração narcísica tão pregnantes nesses casos (Green, 1993b). Tais aspectos não são habitualmente encontrados nos trabalhos clássicos sobre a analidade que versam geralmente sobre o controle pulsional e os destinos da libido, assim como a indecisão e a incapacidade de escolher que caracterizam o caráter anal e a neurose obsessiva. Contrariamente a estas situações clínicas, na analidade primária, não se trata de interdição ou de dúvida quanto à legitimidade do prazer ou mesmo de censura rigorosa impingida pelo supereu, mas de impossibilidade de reter ou de expulsar o objeto de maneira que pudesse tornar-se, respectivamente, uma possessão ou um objeto alheio a si mesmo (Figueiredo e Cintra, 2004). Configura-se nesse sentido um “narcisismo anal” (Figueiredo e Cintra, 2004:39) indicado pelo apego obstinado ao objeto que permanece eroticamente retido, tal como uma coluna fecal estruturada no reto servindo como eixo ou prótese interna das falhas narcísicas primárias.

Segundo Green (1993b), no âmbito da analidade primária, ao mesmo tempo em que a coluna protética estrutura um arremedo de ossatura rígida e favorece algum funcionamento social aparentemente normal, ela mantém paralisada e obstruída a dialética expulsiva do trabalho do negativo estruturante, obstipando os processos de pensamento. Daí a caracterização de objeto primário obstipante sugerida por Figueiredo e Cintra. Esse objeto fracassou desmedidamente em suas funções e as relações estabelecidas com ele estão longe de se caracterizarem de maneira ambivalente, ou seja, congregando componentes libidinais e agressivos, pois o amor logo toma a via do ódio sob a forma de um pacto fiel e eterno ao objeto que é amado odiosamente. Green (1993b:308) assim afirma em relação à ambivalência na problemática da analidade primária:

“(...) há, na base do modo de relação com o objeto, a afirmação de um direito à contradição das escolhas. ‘Eu não quero escolher; quero a coisa e seu contrário.’ Inútil dizer que, nessas condições, estamos bem além do que se convencionou chamar de ambivalência.”

Longe da ambivalência então, a relação com o objeto primário é pactuada pelo ódio e é perpetuada de tal modo que o objeto pode chegar a ser substituído por outras relações com características sadomasoquistas. Entretanto, o objeto primário jamais é esquecido nessas circunstâncias, reaparecendo a cada vez que se rompem essas relações:

O ódio sela um pacto de fidelidade eterna ao objeto primário, e este pode ser substituído por outros que, no entanto, jamais fazem esquecer-lo, apesar das aparências. Espera-se então ver o sujeito se lançar em ligações sadomasoquistas, mas estas, de fato, não têm a intensidade que se pode encontrar em outro lugar, pois a ruptura condena o sujeito ao retorno à solidão, isto é, aos objetos primários internos que, por sua vez, permanecem imutáveis. Eles continuam sendo o teatro de uma relação sadomasoquista essencialmente fundada em uma prova de força (Green, 1993b:308).

Na verdade, o objeto em questão na analidade primária não foi inicialmente esquecido para então ser reencontrado e vir a ser alvo das pulsões libidinais e agressivas. Ele é, antes de tudo o mais, retido odiosamente como dejetivo indispensável e insubstituível, como uma defesa obstinada do território subjetivo que não adentra na indecidibilidade paradoxal estruturante. Sem solução para a questão quanto a engolir ou cuspir, fundamental no trabalho do negativo, a psique nascente mergulha no fracasso do trabalho do negativo. O objeto obstipante próprio da analidade primária demonstra então um paradoxo patológico absolutamente representativo do fracasso do trabalho do negativo enunciado apropriadamente como *nem sim, nem não*. Este paradoxo patológico é marcado pela indecisão quanto à existência ou não do objeto e, é claro, de si mesmo. Indagações perfeitamente cabíveis para essa indecisão seriam: “Estou morto ou vivo?”, “O objeto está morto (perdido) ou vivo (encontrado)?” (Green, 1977a: 89).

A coexistência paradoxal *sim e não*, por si só, diz respeito à indecidibilidade originária própria da transicionalidade (Roussillon, 1991). O paradoxo sobre o qual se fundamentam os fenômenos transicionais comporta um funcionamento mais ou menos intrincado entre pulsão de vida e de morte nas suas respectivas tarefas de afirmação/ligação e negação/desligamento, conquistas louváveis do aparelho psíquico no caminho da simbolização (Green, 2002).

Na patologia, no entanto, verifica-se justamente o contrário do paradoxo sobre o qual se pauta a indecidibilidade transicional na medida em que preponderam a clivagem ou a recusa. Estas operações, embora componham o trabalho do negativo, realizam negativizações apenas intermediárias, pois se organizam sobre a coexistência patológica do sim e do não, melhor então sinalizado como *nem sim, nem não* (Green, 1986a).

Mas o que de fato determina o paradoxo patológico? Seriam os efeitos psíquicos das falhas precoces do objeto que impedem o seu apagamento pelo trabalho do negativo? Ou seria a pressão do movimento pulsional exigindo satisfação, talvez experimentada de maneira excessiva e, portanto, traumática?

Na verdade, a caracterização do paradoxo patológico instaurado pelo fracasso do trabalho do negativo em apagar o objeto primário envolve tanto o papel desempenhado pelo objeto quanto o movimento pulsional, uma vez considerado que “o objeto é o revelador das pulsões” (Green, 1986c:64). A princípio, o objeto deve estimular o movimento pulsional e lhe dar contorno, contendo-o, além de deixar-se apagar de modo que possa ser substituído por outros objetos (Green, 1988b). Numa concepção winnicottiana, isto é também o esperado em relação às provisões ambientais suficientemente boas no sentido de facilitar o desenvolvimento maturacional. Em termos bionianos, trata-se do trabalho de *rêverie* materna hipotetizado a propósito da função de continência exercida pelo objeto primário.

A presença suficientemente boa do objeto implica em não ser percebido na proporção em que exerce os cuidados primários, nos quais falha gradativamente de modo a favorecer os processos subjetivos que estão em andamento, dentre eles a destruição/sobrevivência do objeto e os fenômenos transicionais. Quando excessivo, o objeto primário não se deixa apagar, desarmoniza os ritmos que favoreceriam a organização da experiência de ilusão e de todos os seus desdobramentos (Roussillon, 1991) e provoca um amalgamento entre o objeto e a pulsão:

“Recai-se, nesse momento, em uma espécie de coalescência entre o objeto e a pulsão, e o objeto, ao invés de ser o que torna a pulsão tolerável, é o que, ao contrário, a torna ainda mais intolerável. Sem solução, sem compromisso. É abusivo falar aqui de desejo ou mesmo de nostalgia. Paradoxalmente, esse excesso de presença do objeto não dá lugar à representação, mas a todas as formas de saídas extrarepresentativas (...)” (Green, 1988b:302).

Diante do fracasso do trabalho do negativo em apagar o objeto primário, o objeto aprisionado na analidade primária não tem como exercer adequadamente o estímulo e contenção da atividade pulsional e se torna obstipante. Amalgamado à pulsão, o objeto obstipante está na origem dos transtornos na esfera do pensamento que se evidenciam através dos desenlaces extra-representativos. Antes disso, contudo, esse objeto reflete as dificuldades quanto aos destinos da pulsão que permanecem sob a categoria de excesso na psique exacerbando o desamparo fundamental e configurando cada vez mais acentuadamente um estado traumático. Certamente, o trabalho do negativo patológico tende a se agravar na medida em que não possibilita o intrincamento entre pulsão de vida e de morte levando esta última a prevalecer sobre a pulsão de vida ou ainda a empreender, sozinha, mecanismos radicais de negativização.

Especificamente quanto às pulsões, parte-se da idéia de movimento entre pulsão de vida e pulsão de morte articulando-sem conforme os mecanismos de ligação e desligamento, respectivamente (Freud, 1920). Green (1986c) retoma essa paridade entre ligação e pulsão de vida, por um lado, e desligamento e pulsão de morte, por outro, e propõe funções específicas para uma e outra entendendo que os dois mecanismos, de ligação e de desligamento, podem estar presentes em cada uma. Sendo assim, em relação à pulsão de vida, o objetivo essencial consiste em garantir uma *função objetalizante*, isto é, criar relações. A característica do trabalho psíquico nesse sentido é manter o investimento significativo:

“Este processo de objetalização não se limita a transformações de formações tão organizadas como o eu, mas pode dizer respeito a modos de atividade psíquica, de maneira tal que, no limite, é o próprio investimento que é objetalizado” (Green, 1986c:64-5).

Então, levada às últimas conseqüências, as ligações empreendidas pela pulsão de vida garantem a meta objetalizante que se apresenta principalmente nos processos de simbolização. A função objetalizante, contudo, requer uma articulação dialética entre ligações e desligamentos, daí a entrada em cena da pulsão de morte intrincada com a pulsão de vida atuando em conjunto na meta objetalizante (Green, 1986c). Com efeito, sob o domínio da função objetalizante, os desligamentos que incidem sobre as relações com o objeto e sobre o próprio

investimento produzem um movimento psíquico no sentido da re-ligação articulando, portanto, construção/reconstrução das representações, dos processos de simbolização, enfim. Todavia, uma desfusão severa entre os componentes de vida e de morte redundava na prevalência de desligamentos e, na sua radicalidade, redundava no desinvestimento como manifestação própria de uma *função desobjetalizante*, meta derradeira da pulsão de morte (cf. Green, 1986c).

Desse modo, se sim e não coexistem sob a prevalência da meta objetalizante da pulsão de vida, então o trabalho do negativo incidirá sobre o psiquismo de modo predominantemente conjuntivo (Green, 1988b). Evoca-se nesse sentido a reunião que deriva da formação de compromisso resultante do recalque, ou ainda os objetos e fenômenos transicionais preconizados por Winnicott (1971), nos quais os dois aspectos, sim e não, dentro e fora, coexistem positivamente. Contudo, na falha da função contentora do objeto, as pulsões dificilmente alcançam um intrincamento suficiente, prevalecendo nesse caso a meta desobjetalizante da pulsão de morte. Por conseguinte, o trabalho do negativo se manifesta principalmente de modo disjuntivo, separando, clivando, desinvestindo, repetidas vezes, levando finalmente na sua radicalidade ao paradoxo patológico enunciado em termos de nem sim, nem não.

As manifestações da pulsão de vida na sua função objetalizante são tão cruciais quanto as da pulsão de morte em sua meta desobjetalizante nos movimentos conjuntivos e disjuntivos que atuam imbricados no trabalho do negativo, na sua responsabilidade última pelos processos de simbolização. Com efeito, se uma das funções básicas da psique consiste em alcançar um certo nível de diferenciação eu/não-eu, é imperativo para a conquista dessa finalidade um processo disjuntivo seguido de um conjuntivo de modo que uma re-união entre os diferentes elementos divididos ou separados seja possível em alguma medida:

“Este é o trabalho da simbolização, que requer a divisão de dois elementos e a sua conjunção, a fim de criar um terceiro elemento, que se compõe dos dois elementos divididos, cada qual permanecendo o mesmo e tornando-se uma reunião de um diferente” (Green, 1977a:80).

Então, intra-psiquicamente, a simbolização se faz evidente sobretudo nos processos terciários que, para Green (1979), configuram uma terceira categoria de processos psíquicos. Os processos terciários resultam do reconhecimento dos

processos psíquicos primários articulados aos processos secundários, sem que as reivindicações de ambos sejam exatamente negadas ou repudiadas. Green (1979) lembra como os processos psíquicos primários obedecem ao princípio do prazer-desprazer, significando que, embora censurados, os processos primários se manifestam assegurando a vitória do princípio do prazer. Os processos psíquicos secundários, em contrapartida, obedecem o princípio de realidade e se apresentam através do pensamento consciente segundo uma lógica racional. A dualidade fundamental constituída pelos processos primários e secundários desenha-se então como a condição necessária para a reunião que resulta na produção do símbolo, o terceiro elemento, portanto (Green, 1979). Nessa perspectiva, entra em cena o eu conectando, ligando, formando hipóteses com certa flexibilidade de maneira a suportar que elas sejam desfeitas em proveito de outras que se mostrem mais favoráveis a determinadas situações:

(...) o ego pode provar-se capaz de reconhecer a existência dos processos primários da razão subjetiva sem reservar todas as alegações ou reivindicações aos processos secundários da razão objetiva... o ego pode ir de um para o outro sem negar a sua realidade psíquica e sem repudiar a realidade material. O ego deve ser principalmente capaz de estabelecer conexões flexíveis, que alternadamente vão ser feitas, formando hipóteses e conexões temporárias, e ser desfeitas, a fim de deixar espaço para outras que oferecem uma representação melhor da situação. Creio ser útil pensar que uma terceira categoria de processos existe. Proponho chamar esses instrumentos de ligações, ou conexões, de *processos terciários* (Green, 1979:26; grifos do autor).

Os processos terciários tal como proposto por Green (1979) para compreender os processos de simbolização representam uma maneira interessante de conceber a articulação entre o *sim*, enquanto exigência dos processos primários, e o *não* obediente às interdições impostas pela realidade, pois desse modo ambos os aspectos podem coexistir constituindo um potencial criativo e enriquecendo a psique, ou o aprender com a experiência (Bion, 1962a).

Contudo, os processos terciários são prejudicados frente ao paradoxo patológico enunciado como *nem sim, nem não* resultante do fracasso do trabalho do negativo em apagar o objeto primário. É nesse contexto que se manifestam principalmente os transtornos do pensamento e as atuações como evidência de curto-circuito nos processos de simbolização. Nesse sentido, o objeto obstipante da analidade primária (cf. Green, 1993b), produto do trabalho do negativo patológico, aponta para uma certa prevalência da pulsão de morte manifestada na

sua função desobjetalizante, embora talvez não ainda prontamente na sua incidência radical, o que provavelmente vai depender dos contratos narcísicos que, mal ou bem, se estabeleçam.

Diferentemente do que ocorre com Eros, que se faz representar pela libido, não há indícios evidentes no que tange à pulsão de morte, a menos que esteja imbricada com a pulsão de vida ou que se faça representar por seus efeitos radicalmente destrutivos (Green, 1986c). Neste sentido, Green lembra que no sadomasoquismo a pulsão de morte e de vida estão intrincadas mas ressalta que há, no entanto, formas patológicas extremas que não comportam essa intrincação e a destruição ocorre de maneira evidente como se observa nas depressões graves, que levam ao suicídio, e nas psicoses, que revelam a desintegração do eu. Em outras configurações clínicas, como neuroses graves, neuroses de caráter e casos-limite, também não é difícil identificar a destrutividade desfusionada da libido. Nesse campo clínico, a desintrincação se apresenta sob a forma das angústias catastróficas ou impensáveis, dos temores de aniquilamento, de desmoronamento, de sentimentos de futilidade, de desvitalização, de morte psíquica, de sensações de abismo e de buracos sem fundo, manifestações que expressam o trabalho do negativo patológico na sua radicalidade. Dito de outro modo, através da pulsão de morte desintrinçada da pulsão de vida a meta desobjetalizante domina o psiquismo sob a forma de um desinvestimento extremo, via trabalho do negativo patológico, que incide sobre os próprios investimentos psíquicos que capacitariam à simbolização. O silêncio no psiquismo, nesse caso, é inevitável, ou seja, o estancamento dos processos de simbolização, o que determina uma morte psíquica, portanto, mesmo que pontual (Garcia e Damous, 2009).

No plano intra-psíquico, os destinos da função desobjetalizante empreendida pela pulsão de morte se dão da seguinte maneira:

(...) ou o representante psíquico destrutivo se alia à representação de coisa, e vocês terão no material [de análise] elementos de destrutividade e de ódio visíveis que poderão sempre tentar analisar ou reverter, ou, então, o representante psíquico não vai se ligar a uma representação de coisa, mas vai destruí-la, vai destruir a capacidade representativa, de modo a romper os vínculos com a coisa, e aí vocês terão a verdadeira destrutividade: a destrutividade do vazio... do desinvestimento... do 'branco'... da 'anobjetalidade' e da ruptura da relação com o objeto externo e com o objeto interno (Green, 1986a:58).

É nesse sentido então que se manifestam os desenlaces extra-representativos, ou seja, como o que não foi possível de ser representado via processo terciário. Além da agressividade, especificamente no que diz respeito ao pensamento, os transtornos decorrentes do domínio da função desobjetalizante sobre a psique logo se manifestam de maneira evidente nos relatos dos pacientes, cujo branco do pensamento é ele próprio comunicado ao analista (Green, 1982a). Nesta circunstância, na qual prevalece menos o recalque e mais as clivagens e os desinvestimentos, os transtornos do pensamento se apresentam na dificuldade para os pacientes reconhecerem e aceitarem de maneira mutativa as interpretações fornecidas pelo analista:

Pareceu-me legítimo afirmar que não se tratava de recalque, pois o mais freqüente, quando a lembrança é contextualizada, é que o recalque é suspenso e o paciente se recorda daquilo que está em questão. No caso presente, há uma espécie de verdadeira dissociação entre a sonoridade das palavras e seu sentido consciente, de uma parte, e seu sentido inconsciente de outra, como foi proposto pela interpretação. É nesse sentido que não é nem percebido, nem reconhecido. Aqui estão os tratamentos analíticos dos casos-limites, com as mais tenazes das resistências (Green, 2002:269).

De fato, nos casos-limite a alucinação negativa na sua manifestação patológica se expressa já no enunciado do paciente de que ele *tem um branco* referindo-se ao seu pensamento como ausente de conteúdo (Green, 2002). Isto se trata de uma incapacidade para pensar que é vivenciada de maneira sempre ameaçadora por esses pacientes já que o branco necessário para o trabalho do pensamento, sem ser integrado à atividade de ligação/desligamento do pensar, fica à mercê da função desobjetalizante em função da prevalência da pulsão de morte. Por isso, repetidamente é vivenciada uma espécie de oco psíquico caracterizado pela incapacidade de se concentrar e de recordar que irrompe na vigília como um processo artificial do pensar indutor de um pensamento compulsivo, pseudo-obsessivo, ou ainda de uma tendência a divagações e rumações (Green, 1975a). Com efeito, na medida em que fracassa, “o negativo não é mais a fonte de um trabalho, ele é um resultado por si só, uma suspensão da atividade psíquica, uma morte pontual da mente” (Green, 1982a:279; minha tradução).

Em função da falência do objeto primário em exercer suficientemente as suas funções e, sobretudo, deixar-se apagar via trabalho do negativo, o objeto não é alçado à condição de ambivalência que congrega as pulsões de vida e de morte.

Neste caso, dificilmente trabalhando de maneira intrincada, a pulsão de morte em sua meta desobjetalizante pode prevalecer e, operando além do princípio de prazer, tende ainda a compelir a psique à compulsão à repetição maciça. Na clínica dos casos-limite, essa é a questão fundamental que se manifesta a todo momento.

Finalmente, no que diz respeito à constituição dos limites psíquicos, o fracasso do trabalho do negativo encontra-se estreitamente vinculado às falhas patológicas do objeto primário. De fato, é indispensável o papel fundamental que este desempenha durante as primeiras manifestações do trabalho do negativo, pois enquanto estão em curso, espera-se que ele continue se ocupando do bebê, descarregando-o de seus excessos desagradáveis e, tolerantemente, recolhendo o que está sendo descarregado, que agora merece o nome de projeção, consentindo em viver essas projeções como desprazer, porém transformando-as e restituindo-as ao bebê (Green, 1986b). Quando insuficiente por excessos de presença ou de ausência, o objeto atrapalha essas tarefas e, além de provocar a dupla angústia, de intrusão e de separação, ele não cumpre adequadamente a função alfa contentora (Bion, 1962b) e impede a instauração do branco na psique favorecedor da descontinuidade necessária para o re-ligar pressuposto no processo de pensar os pensamentos. Resta assim apenas a expressão do branco do pensamento num discurso descontínuo, vazio e sem vida entre os núcleos distintos que o compõem, comparando-se a um colar de pérolas sem fio em que falta sobremaneira a “função comprometedora de Eros” (Green, 1977a:85).